

**Aditamento ao Projeto de  
Programa e Orçamento para 2010-2011**

**JUSTIFICATIVA DO AUMENTO PROPOSTO DAS COTAS DE CONTRIBUIÇÃO**



## SUMÁRIO

<b>RESUMO EXECUTIVO .....</b>	<b>5</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>I. AVALIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E JUSTIFICATIVA DO AUMENTO DAS COTAS DE CONTRIBUIÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>O impacto de custo de Postos de Prazo Fixo no Orçamento Ordinário .....</b>	<b>8</b>
Cotas de contribuição .....	10
Cenário A (aumento de 6,3% de contribuições estimadas)	
Cenário B (aumento de 4,3% de contribuições estimadas)	
Cenário C (aumento de 0% de contribuições estimadas)	
Cenário D (aumento de 3,5% de contribuições estimadas)	
Ilustração do efeito combinado de aumentos das contribuições e da aplicação da Política Orçamentária Regional para Programas nos países .....	12
<b>II. IMPACTO PROGRAMÁTICO NEGATIVO ESPERADO NA COOPERAÇÃO TÉCNICA DA OPAS .....</b>	<b>13</b>
<b>III. ESFORÇOS DA RSPA PARA MELHORAR A EFICIÊNCIA E PRODUTIVIDADE .....</b>	<b>16</b>
A Força de Trabalho da RSPA e as Tendências do Orçamento Ordinário .....	16
Tendências do Financiamento da OPAS/OMS por Conta do Orçamento Ordinário .....	19
Tendência do Programa do Total da OPAS/OMS e do Orçamento .....	21
Força de Trabalho: Eficiência e Produtividade .....	22
<b>IV. ESFORÇOS DA RSPA PARA MELHORAR O DESEMPENHO PROGRAMÁTICO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>25</b>
Progresso no cumprimento de Objetivos Estratégicos (OE) .....	26
Avaliação de desempenho de marcos miliares .....	27
Execução financeira .....	27
Situação da lacuna não financiada .....	27
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>28</b>
<b>SIGLAS .....</b>	<b>31</b>
<b>GLOSSÁRIO .....</b>	<b>32</b>

## **ANEXOS**

Anexo 1. Quadro comparativo de cotas de contribuição e aplicação da Política Orçamentária Regional para Programas Cenário A (aumento de cotas de contribuição de 6,3%) .....	35
Anexo 2. Quadro comparativo de cotas de contribuição e aplicação da Política Orçamentária Regional para Programas Cenário B (aumento de cotas de contribuição de 4,3%) .....	36
Anexo 3. Quadro comparativo de cotas de contribuição e aplicação da Política Orçamentária Regional para Programas Cenário C (aumento de cotas de contribuição de 0%).....	37
Anexo 4. Quadro comparativo de cotas de contribuição e aplicação da Política Orçamentária Regional para Programas Cenário D (aumento de cotas de contribuição de 3,5%).....	38
Anexo 5. Política Orçamentária Regional para Programas: Calendário de Incorporação Progressiva durante os Três Biênios .....	39

## RESUMO EXECUTIVO

Durante a reunião do Comitê Executivo, a Repartição apresentou a justificativa de um aumento de 4,3% das cotas de contribuição que foi incluído no projeto de Orçamento-Programa para 2010-2011. Como parte das discussões do Comitê Executivo, solicitou-se que a Repartição apresentasse um cenário adicional incluindo um aumento de 3,5% das cotas de contribuição.

Este documento apresenta a justificativa atualizada, em quatro partes: 1) avaliação orçamentária e justificativa do aumento das cotas de contribuição; 2) esperado impacto programático negativo na cooperação técnica da OPAS; 3) esforços da RSPA para melhorar a eficiência e produtividade; e 4) esforços da RSPA para melhorar o desempenho programático institucional.

Nos últimos anos, embora tenha havido crescimento do orçamento ordinário (RB) da OPAS em dólares correntes, a tendência em dólares constantes diminuiu em 18% no período 1990-2007 (Demonstrativo 6). Os aumentos do orçamento ordinário (RB) nos últimos 10 ou mais anos ficaram limitados apenas aos aumentos do custo da força de trabalho básica, conhecido em termos orçamentários como orçamento dos Postos de Prazo Fixo (FTP). Os custos inflacionários para o orçamento não referente aos FTP, que é o componente orçamentário que financia as atividades de programa, não foram considerados. Em resultado, o valor real do orçamento caiu significativamente.

O declínio mundial do preço do dólar dos Estados Unidos foi o fator que mais contribuiu para o aumento do custo dos FTP em dólares. Isso é evidente no que se refere aos postos de Serviços Gerais, particularmente em países onde os salários são denominados em moedas locais que não o dólar dos Estados Unidos, assim como aos postos de nível profissional, em que significativos aumentos compensatórios do reajuste por lugar de destino foram determinados pela Comissão de Administração Pública Internacional das Nações Unidas (CAPI) para a maioria dos postos de serviço na Região.

Em resultado do enfraquecimento do dólar dos Estados Unidos, o aumento do orçamento aprovado para o biênio 2008-2009 se mostrou insuficiente para financiar plenamente o custo dos FTP. Calcula-se que seria necessário um aumento de 6,3% do orçamento de FTP para 2008-2009 apenas para refletir os custos reais projetados para aquele biênio. Esse aumento equivale a US\$11,5 milhões e é equivalente ao aumento proposto para 2010-2011 apresentado no Cenário A. Dois terços dessa importância, ou US\$7,75 milhões, representam o aumento de custos para FTP financiados somente por conta do orçamento ordinário da OPAS (um terço dos FTP financiados pelo RB é coberto pela cota da OMS para a Região das Américas—Cota do AMRO); esse requisito traduz-se num aumento de 4,3% nas cotas de contribuição da OPAS (Cenário B).

O biênio 2010-2011 representa o terceiro e último biênio para aplicação da atual Política Orçamentária Regional para Programas (RPBP). Essa política estipula que uma proporção maior dos recursos seja transferida ao nível de país e sub-regional, com reduções compensatórias no nível regional. Essa dinâmica cria um "arrocho" no âmbito regional; em consequência, para qualquer dado cenário orçamental, o impacto do orçamento no âmbito regional será maior, em média, que no total do orçamento. No Cenário C (aumento de 0% a cotas de contribuição), por exemplo, o impacto negativo no orçamento não consignado a FTP é 10,7%, em média, em relação a 2008-2009; a redução no âmbito regional, contudo, é de 34% em comparação com 2008-2009.

Uma análise macro da necessidade geral do aumento das cotas de contribuição é apresentada em quatro cenários (aumento de 6,3%, 4,3%, 0% e 3,5%), com os respectivos impactos no orçamento não referente à FTP. Quando se combina o efeito dos cenários de contribuição (aplicando a proposta escala revisada de cotas) com o efeito da Política Orçamentária Regional para Programas, a maioria dos países receberá um aumento maior da verba orçamentária, em comparação com o aumento das suas cotas de contribuição. O documento contém quatro quadros com os diferentes cenários, nos quais os resultados líquidos são mostrados país por país.

A realidade orçamentária com o Cenário C e, em menor grau, com os Cenários B e D, é que haverá um impacto programático negativo na prestação da cooperação técnica da OPAS, em particular no âmbito regional. Isso inclui pôr em risco a viabilidade e/ou continuidade de várias iniciativas de cooperação técnica que dependem em grande parte de recursos do orçamento ordinário, tais como: as atividades em saúde materno-infantil no Centro Latino-Americano de Perinatologia e Desenvolvimento Humano (CLAP) ficariam limitadas ao trabalho intramuros; a cobertura para a execução dos Novos Padrões da OMS para o Crescimento Infantil seria reduzida à metade; os esforços de imunização para fortalecer a capacidade dos Estados Membros para melhorar as projeções das necessidades de vacinas do PAI seriam reduzidos; a continuidade do Programa Internacional de Liderança em Saúde seria ameaçada; a cobertura do Campus Virtual de Saúde Pública seria reduzida; a cooperação técnica para planos de Desenvolvimento Nacional da Saúde na América Central seria reduzida; a implementação das recomendações da Comissão sobre os Determinantes Sociais da Saúde seria reduzida; as metas do Plano de Ação sobre Mudança Climática e Saúde seriam reduzidas; e o apoio à execução da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CMLAT) seria reduzido, para citar apenas alguns (para detalhes completos, queira consultar o capítulo II). Em geral, as intervenções no nível regional na maioria das áreas programáticas seriam limitadas a apoiar somente os países prioritários.

Desde princípios de anos noventa, dado que os aumentos nominais do orçamento não acompanharam os aumentos reais dos custos, diretores passados e a atual Diretora da RSPA exerceram disciplina orçamentária, reduzindo com responsabilidade a força de trabalho da Repartição, no empenho de manter um equilíbrio manejável entre o orçamento para FTP e os componentes do orçamento não ligados aos FTP. Os FTP financiados pelo orçamento ordinário foram reduzidos em 26,5%, de 1033 em 1990-1991 para 778 em 2008-2009; e na continuação dos esforços para manter a disciplina orçamentária, é proposta outra redução de 21 postos no Orçamento-Programa para 2010-2011. Apesar dessas reduções de pessoal, o orçamento necessário para financiar o nível reduzido de FTP subiu de 54% do orçamento ordinário total em 1990-1991 para 65% em 2008-2009. Em consequência, o orçamento não vinculado a FTP caiu de 46% para 35% no mesmo período, afetando a prestação de cooperação técnica.

Num filão semelhante, a força de trabalho total, que inclui outros mecanismos de contratação de pessoal além de FTP e é medida por Equivalentes de Tempo Integral (FTE), também diminuiu durante o período 1990-2009. Vale notar que essa tendência é paralela à diminuição dos FTP financiados pelo RB e Outras Fontes (OS), demonstrando o esforço que RSPA tem feito ao diminuir sua força de trabalho total. Apesar da redução da força de trabalho total, a RSPA pôde manter uma taxa bastante estável de eficiência do pessoal durante o período 1992-2009. Contudo, a curva de eficiência de força de trabalho (Demonstrativo 11) indica que é pouco provável que sejam obtidas outras melhorias na eficiência se a força de trabalho continuar diminuindo, mas que, ao contrário, a RSPA já pode ter chegado ao ponto no qual não é possível nenhuma outra redução da força de trabalho que não afete negativamente a prestação de cooperação técnica.

Em termos de produtividade da força de trabalho, esse indicador aumentou em 79% (de US\$342.575 por FTE em 1990-1991 para US\$615.288 em 2006-2007 em dólares constantes de 2000), nas duas últimas décadas, uma vez que os FTE diminuíram durante esse mesmo período. Existe, porém, o risco de que, se a tendência para a redução de força de trabalho persistir, essa produtividade possa ficar comprometida, assim como a qualidade da cooperação técnica que hoje é baseada em resultados (Gestão Baseada em Resultados—RBM).

A redução dos FTP (financiados tanto pelo RB como por OS) levanta uma preocupação adicional para a Organização, dado que suas funções básicas não podem ser delegadas a pessoal contratado através de mecanismos menos permanentes, devido à alta rotação de pessoal associada a esses tipos de contratos. Este aspecto apresenta um risco de longo prazo para os compromissos institucionais e a missão da RSPA. Por outro lado, uma força de trabalho robusta assegurará eficiência e produtividade contínua na liderança e no trabalho da Repartição para manter compromissos assumidos pelos Estados Membros.

Finalmente, de acordo com o compromisso de gestão baseada em resultados (RBM), várias ferramentas estão atualmente em desenvolvimento, permitindo um monitoramento efetivo do processo de avaliação de desempenho (PMA) a ser realizado. A cadeia de resultados da OPAS chega a cada entidade individual de gestão e execução, onde Resultados Esperados Específicos de Repartição (OSER) contribuem para os Resultados Esperados a Nível Regional (RER) aprovados pelos Órgãos Diretivos da OPAS, que, por sua vez, contribuem para os Resultados Esperados com Alcance de Organização (OWER) aprovados pela Assembleia Mundial da Saúde (AMS). No nível de entidade, os OSER são aferidos pelos indicadores-alvo que são obtidos. Os marcos miliares foram estabelecidos como eventos verificáveis que permitam avaliar o progresso no avanço rumo aos indicadores-meta de OSER pelos quais seja possível o monitoramento e avaliação periódica. Por exemplo, a terceira análise semestral (em 30 de junho de 2009) indica que 78% dos marcos foram alcançados, mostrando que, de modo geral, os indicadores de OSER estão “no caminho certo” para sua efetivação no biênio. No próximo biênio, serão introduzidos indicadores-chave de desempenho e instrumentos de medição para melhorar a avaliação da eficiência e produtividade institucional. Esses esforços, porém, requerem financiamento com recursos do orçamento ordinário.

## **INTRODUÇÃO**

Durante a reunião do Comitê Executivo, a Repartição apresentou a justificativa de um aumento de 4,3% das cotas de contribuição que foi incluído no projeto de Orçamento-Programa para 2010-2011. Como parte das discussões do Comitê Executivo, solicitou-se que a Repartição apresentasse um cenário adicional incluindo um aumento de 3,5% das cotas de contribuição. Este documento apresenta a justificativa atualizada, em quatro partes: 1) avaliação orçamentária e justificativa do aumento das cotas de contribuição; 2) esperado impacto programático negativo na cooperação técnica da OPAS; 3) esforços da RSPA para melhorar a eficiência e produtividade; e 4) esforços da RSPA para melhorar o desempenho programático institucional.

A primeira parte apresenta a necessidade geral do aumento, ilustrando três cenários e seu impacto relativo no orçamento não vinculado a FTP. Indica também como a alocação dos recursos a países será afetada quando combinada com a aplicação da Política Orçamentária Regional para Programas (RPBP).

A segunda parte contém um resumo do impacto programático esperado na cooperação técnica da OPAS se for aprovado o Cenário B, C ou D. Várias intervenções importantes serão postas em risco e estes são apresentados no contexto dos Objetivos Estratégicos (OE).

A terceira parte apresenta o esforço sistemático e histórico da RSPA para exercer disciplina orçamentária reduzindo o número de postos (especialmente de prazo fixo). Embora a análise também demonstre um aumento da produtividade, há indicação de que as reduções contínuas da força de trabalho básica afetarão negativamente a eficiência e a execução dos programas.

A quarta parte, conforme solicitação dos Órgãos Diretivos para medir tanto o desempenho programático como o financeiro, mostra exemplos dos importantes esforços que a RSPA está envidando para aplicar o conceito de Gestão Baseada em Resultados (RBM) solicitado pelos Estados Membros, principalmente para assegurar que sejam atingidas as metas aprovadas para o Plano Estratégico.

## **I. AVALIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E JUSTIFICATIVA DO AUMENTO DAS COTAS DE CONTRIBUIÇÃO**

### **O impacto de custo dos Postos de Prazo Fixo no Orçamento Ordinário**

O orçamento ordinário (RB) é constituído de dois grandes componentes: o orçamento para postos de prazo fixo (FTP) o e não vinculado a postos de prazo fixo. O orçamento para FTP inclui todos os custos associados com as posições de prazo fixo aprovadas por determinado período orçamentário. O orçamento não vinculado a FTP inclui todos os outros custos não relacionados com FTP. Estes podem ser: a) custo de atividades não referentes à FTP—atividades programáticas e operacionais (viagens, reuniões, publicações, cursos e seminários, despesas operacionais gerais, etc.) e b) custos de pessoal não vinculados a FTP (pessoal contratado mediante qualquer tipo de mecanismos exceto o dos postos de prazo fixo).

Um passo chave para projetar com exatidão os futuros requisitos de orçamento é calcular o custo total dos postos de prazo fixo (FTP) necessários para realizar o programa de trabalho desejado. Os aumentos do custo dos FTP são baseados em dados atuais e tendências previsíveis. Uma análise dos custos reais ocorridos durante 2008 para FTP financiados pelo RB revelou que o orçamento para FTP está sub-orçado em 6,3%.

O quadro abaixo compara a quantia orçada para gastos de FTP incluídos no orçamento aprovado para 2008-2009, com a projeção atual para 2008-2009, com base nos custos reais para 2008.

<b>Orçamento ordinário para FTP de 2008-2009</b>	<b>Custo Real* de 2008-2009 para FTP</b>	<b>% de Variação</b>
182.800.000	194.300.000	6,3%

\* Calculado com dados da folha de pagamento de dezembro de 2008 e projetados até o final do biênio 2008-2009.

O custo dos FTP está sujeito ao seguinte:

- Aumentos devidos aos padrões normais de sucessão (variação no incremento salarial anual em grau ou de passo; aumentos anuais de passo outorgados em função de um desempenho satisfatório).
- Aumentos devidos ao aumento dos custos de seguro saúde do pessoal, contribuições de pensões, suplementos de custo de vida aprovados pela CAPI e outros custos sobre os quais a Repartição não teve controle. Esses aumentos, contudo, não contemplam a alta dos salários, que haviam permanecido praticamente congelados em termos reais nos últimos 12 a 15 anos.
- Aumento/diminuição devida ao impacto da taxa de câmbio, manifestado mediante a conversão em dólares dos Estados Unidos de salários denominados na moeda local, ou através das variações de reajuste por lugar de destino para salários de pessoal profissional.
- Aumentos/diminuições devidos a variação absoluta dos FTP nos postos de serviço.

Nos últimos anos, o declínio mundial do preço do dólar dos Estados Unidos foi o fator que mais contribuiu para o aumento do custo em dólares dos FTP. Isto é evidente no que se refere aos postos de Serviços Gerais, particularmente em países onde os salários são denominados em moedas locais que não o dólar dos Estados Unidos, assim como aos postos de nível profissional, em que significativos aumentos compensatórios do reajuste por lugar de destino foram determinados pela Comissão de Administração Pública Internacional das Nações Unidas (CAPI) para a maioria dos postos de serviço na Região.

Como se menciona no documento do Projeto de Orçamento-Programa para 2010-2011 apresentado pela RSPA, as atuais perspectivas fiscais para os orçamentos da Organização que se baseiam no dólar dos Estados Unidos não são tão graves como eram quando foi apresentado o Orçamento-Programa para 2008-2009. É por isso que o proposto aumento do orçamento é baseado somente nos atuais níveis de despesa e não considera aumentos de custo com ocorrência projetada para 2010-2011. A tendência recente à desvalorização do dólar dos Estados Unidos, que teve um grande papel nos excessivos aumentos de custos ocorridos nos últimos anos, reverteu-se com relação à maioria das moedas da América Latina e do Caribe. Enquanto perdurar, essa tendência sustentará as projeções atenuadas de aumentos dos custos relacionados com FTP incluídos no projeto.

Para elevar o orçamento para FTP aos níveis correntes de 2008-2009, seria necessário um aumento de 6,3% ao orçamento para FTP. Isto equivale a US\$11,5 milhões. Dessa importância, US\$7,75 milhões representam o aumento de custos para FTP financiados pelo orçamento ordinário da OPAS, ou aproximadamente 67% de todos os FTP financiados pelo RB. O aumento do orçamento não considera, portanto, os restantes 33% de FTP que são financiados com recursos do orçamento ordinário da OMS (cota do AMRO). Portanto, o aumento proposto das cotas de contribuição da OPAS é US\$7,75 milhões, ou 4,3%, em comparação com o biênio de 2008-2009. Contudo, o Comitê Executivo recomendou somente um aumento de 3,5% das cotas de contribuição. Portanto, a diferença terá que ser compensada com recursos do orçamento não vinculado a FTP.

### Cotas de contribuição

Como se sabe que a elevação de custo do proposto nível reduzido de FTP seria de US\$11,5 milhões, o orçamento ordinário disponível para as atividades programáticas sofre diferentes repercussões, dependendo do nível do aumento das cotas de contribuição que seja aceito. Os quatro cenários seguintes ilustram esse impacto, usando-se taxas de aumento das cotas de contribuição de 6,3%, 4,3%, 0% e 3,5%.

Além disso, o impacto agregado da aplicação da Política Orçamentária Regional para Programas (RPBP) no nível regional é assinalado em cada cenário. O RPBP requer um aumento do nível do financiamento aos países e sub-regiões, reduzindo ao mesmo tempo o destinado ao nível regional; 2010-2011 é o terceiro biênio consecutivo em que isso acontece. Em todos os cenários, o financiamento proposto com recursos de receitas diversas (\$20 milhões) e da cota do AMRO (\$80,7 milhões) continua sendo constante.

O **Cenário A** apresenta um aumento das cotas de contribuição de 6,3%. Com esse nível de aumento das cotas de contribuição, o orçamento não vinculado a FTP (custo das atividades programáticas e operacionais da Organização, inclusive pessoal contratado através de qualquer tipo de mecanismo exceto FTP) teria aumento de 1,8%, em termos gerais, em comparação com o biênio 2008-2009. Com a aplicação da RPBP, o âmbito regional sofreria uma redução de aproximadamente 12%, em média.

<b>Projeto de Orçamento Ordinário para 2010-2011</b>				
<b>Cenário A:</b>	<b>Em milhares de dólares dos Estados Unidos</b>			
	<b>2008-2009</b>	<b>Variação</b>	<b>2010-2011</b>	<b>Porcentagem</b>
	<b>\$</b>	<b>\$</b>	<b>\$</b>	<b>%</b>
<b><u>A ser financiado com:</u></b>				
<b>Cotas de contribuição</b>	<b>180.066</b>	<b>11.434</b>	<b>191.500</b>	<b>6,3%</b>
Receitas diversas	17.500	2.500	20.000	14,3%
OMS/AMRO (Proposto à AMS)	81.501	(801)	80.700	-1,0%
<b>Total</b>	<b>279.067</b>	<b>13.133</b>	<b>292.200</b>	<b>4,7%</b>
<b><u>Por grandes componentes:</u></b>				
Orçamento para FTP	182.800	11.500	194.300	6,3%
Orçamento não vinculado a FTP	91.267	1.633	92.900	1,8%
Seguro médico de aposentados	5.000	-	5.000	0,0%
<b>Total</b>	<b>279.067</b>	<b>13.133</b>	<b>292.200</b>	<b>4,7%</b>

O **Cenário B** apresenta um aumento das cotas de contribuição de 4,3%. Com esse nível de aumento das cotas, o orçamento não vinculado a FTP (custo das atividades programáticas e operacionais da Organização, inclusive pessoal contratado através de qualquer tipo de mecanismo exceto FTP) diminuiria em 2,2%, em termos gerais, em comparação com o biênio 2008-2009. Com a aplicação do RBPB, o âmbito regional sofreria uma redução de aproximadamente 19% em média.

<b>Projeto de Orçamento Ordinário para 2010-2011</b>				
<b>Cenário B:</b>	<b>Em milhares de dólares dos Estados Unidos</b>			
	<b>2008-2009</b>	<b>Variação</b>	<b>2010-2011</b>	<b>Porcentagem</b>
	\$	\$	\$	%
<b>Cenário A:</b>				
<b>A ser financiado com:</b>				
<b>Cotas de contribuição</b>	<b>180.066</b>	<b>7.750</b>	<b>187.816</b>	<b>4,3%</b>
Receitas diversas	17.500	2.500	20.000	14,3%
OMS/AMRO (Proposto à AMS)	81.501	(801)	80.700	-1,0%
<b>Total</b>	<b>279.067</b>	<b>9.449</b>	<b>288.516</b>	<b>3,4%</b>
<b>Por grandes componentes:</b>				
Orçamento para FTP	182.800	11.500	194.300	6,3%
Orçamento não vinculado a FTP	91.267	(2.051)	89.216	-2,2%
Seguro médico de aposentados	5.000	-	5.000	0,0%
<b>Total</b>	<b>279.067</b>	<b>9.449</b>	<b>288.516</b>	<b>3,4%</b>

O **Cenário C** não apresenta aumento das cotas de contribuição. Mantendo as cotas de contribuição sem aumento, o orçamento não vinculado a FTP (custo das atividades programáticas e operacionais da Organização, inclusive pessoal contratado através de qualquer tipo de mecanismo exceto FTP) diminuiria em 10,7%, em termos gerais, em comparação com o biênio 2008-2009. Com a aplicação da RBPB, o âmbito regional sofreria uma redução de aproximadamente 34% em média.

<b>Projeto de Orçamento Ordinário para 2010-2011</b>				
<b>Cenário C:</b>	<b>Em milhares de dólares dos Estados Unidos</b>			
	<b>2008-2009</b>	<b>Variação</b>	<b>2010-2011</b>	<b>Porcentagem</b>
	\$	\$	\$	%
<b>A ser financiado com:</b>				
<b>Cotas de contribuição</b>	<b>180.066</b>	<b>-</b>	<b>180.066</b>	<b>0,0%</b>
Receitas diversas	17.500	2.500	20.000	14,3%
OMS/AMRO (Proposto à AMS)	81.501	(801)	80.700	-1,0%
<b>Total</b>	<b>279.067</b>	<b>1.699</b>	<b>280.766</b>	<b>0,6%</b>
<b>Por principais tipos de custo:</b>				
Orçamento para FTP	182.800	11.500	194.300	6,3%
Orçamento não vinculado a FTP	91.267	(9.801)	81.466	-10,7%
Seguro médico de aposentados	5.000	-	5.000	0,0%
<b>Total</b>	<b>279.067</b>	<b>1.699</b>	<b>280.766</b>	<b>0,6%</b>

O **Cenário D** apresenta um aumento das cotas de contribuição de 3,5%. Com esse nível de aumento das cotas de contribuição, o orçamento não vinculado a FTP (custo das atividades programáticas e operacionais da Organização, inclusive pessoal contratado através de qualquer tipo de mecanismo exceto FTP) diminuiria em 3,8%, em termos gerais, em comparação com o biênio 2008-2009. Com a aplicação do RPBP, o âmbito regional sofreria uma redução de aproximadamente 22% em média.

<b>Projeto de orçamento ordinário para 2010-2011</b>				
<b>Cenário D:</b>				
<b>Em milhares de dólares dos Estados Unidos</b>				
	<b>2008-2009</b>	<b>Troca</b>	<b>2010-2011</b>	<b>Porcentagem</b>
	\$	\$	\$	%
<b>A ser financiado com:</b>				
<b>Cotas de contribuição</b>	<b>180.066</b>	<b>6.334</b>	<b>186.400</b>	<b>3,5%</b>
Receitas diversas	17.500	2.500	20.000	14,3%
OMS/AMRO (Proposto a AMS)	81.501	(801)	80.700	-1,0%
<b>Total</b>	<b>279.067</b>	<b>8.033</b>	<b>287.100</b>	<b>2,9%</b>
<b>Por grandes componentes:</b>				
Orçamento para FTP	182.800	11.500	194.300	6,3%
Orçamento não vinculado a FTP	91.267	(3.467)	87.800	-3,8%
Seguro médico de aposentados	5.000	-	5.000	0,0%
<b>Total</b>	<b>279.067</b>	<b>8.033</b>	<b>287.100</b>	<b>2,9%</b>

Estes quadros mostram claramente que uma redução do orçamento não vinculado a FTP repercute no nível de prestação de cooperação técnica da RSPA.

### **Ilustração do efeito combinado de aumentos das contribuições e da aplicação da Política Orçamentária Regional para Programas nos países**

No Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração (SPBA), vários Estados Membros quiseram ter vista do impacto específico no país de um aumento das cotas de contribuição, em comparação com o nível global da alocação do orçamento ordinário aos países em virtude do aumento do orçamento ordinário geral, bem como da proporção de aumento do orçamento que resultaria do RPBP. Foram preparados três quadros mostrando essa comparação, dados os quatro diferentes cenários apresentados ao Subcomitê. O Anexo 1 apresenta o Cenário A, com um aumento de 6,3% da CTA de contribuição; o Anexo 2 apresenta o Cenário B, com um aumento de 4,3% da cota de contribuição; o Anexo 3 mostra o Cenário C, sem nenhum aumento da cota de contribuição; e o Anexo 4 mostra o Cenário D, com um aumento de 3,5% da cota de contribuição.

As colunas para a Aplicação do RPBP representam a comparação dos orçamentos de 2008-2009 e 2010-2011, que será distribuída aos países uma vez que o orçamento seja aprovado. A diferença de 2008-2009 para 2010-2011 pode ser atribuída 1) ao aumento do nível geral do Orçamento-Programa, 2) à variação da proporção total do orçamento destinada ao nível nacional (que é de 40% para 2010-2011); e 3) a variação da proporção de cada país da alocação total a países.

O efeito líquido da consolidação do aumento das cotas de contribuição e do aumento da proporção do orçamento no nível nacional, em virtude da RPBP, resultará, na maioria dos casos, em um aumento líquido de suas alocações orçamentárias.

A título de referência, o Anexo 5 mostra o Calendário de Incorporação Progressiva dos três biênios do RPBP aprovada pelo 45º Conselho Diretor com a resolução CD45.R6.

## II. IMPACTO PROGRAMÁTICO NEGATIVO ESPERADO NA COOPERAÇÃO TÉCNICA DA OPAS

No Cenário C e, em menor grau, nos Cenários B ou D, haverá um impacto programático negativo na prestação da cooperação técnica da OPAS/OMS. Isto inclui pôr em risco a viabilidade ou continuidade de várias iniciativas de cooperação técnica e respectivos objetivos estratégicos (OE) que dependem em grande parte de recursos do orçamento ordinário no âmbito regional. Os gerentes de entidade do nível regional indicaram os possíveis impactos negativos se o orçamento não FTP for reduzido, como se mostra no quadro a seguir. Caso se verifique tal insuficiência, será realizado um exercício de priorização para determinar quais deles serão suspensos.

Priorização	OE	Impacto Programático Esperado na Cooperação Técnica da OPAS no Âmbito Regional
1	OE4	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Centro Latino-Americano de Perinatologia (CLAP), responsável pela redução da mortalidade materna, eliminaria atividades de <b>Políticas e Planos</b>, e <b>Redes e Parcerias</b>. Também reduziria drasticamente suas atividades no desenvolvimento de <b>Normas e Padrões</b>. Paralelamente, haveria reduções de pessoal, inclusive recursos humanos administrativos. O Centro só teria condições para realizar trabalho intramuros.</li> <li>Atividades em <b>(i) Estratégia e Plano de Ação para melhorar a Saúde dos Adolescentes e Adultos Jovens</b>; <b>(ii) prevenção de gravidez na adolescência</b>; e <b>(iii) Estratégia e Plano de Ação em Saúde Neonatal</b>—cuja execução na Região está projetada—só seriam postas em prática nos países-alvo: El Salvador, Panamá e países de grande impacto.</li> <li>Esperam-se graves restrições na provisão de cooperação técnica para implementação dos <b>Novos Padrões da OMS para o Crescimento Infantil</b>. O número de países que recebem apoio seria reduzido pela metade. Além disso, seria reduzida a cooperação técnica para revitalizar a iniciativa regional dos hospitais amigos dos recém-nascidos.</li> <li><b>As atividades comunitárias de AIDPI</b> (no contexto de atenção primária à saúde) e AIDPI clínica, inclusive as atividades com universidades, serão profundamente afetadas por essa redução orçamentária.</li> <li>O avanço dos indicadores e marcos de <b>RER 4.5.1</b> (cobertura ampliada de atenção integrada às doenças prevalentes na infância) e <b>4.5.2</b> (ênfase de Práticas Familiares Chave no nível de comunidade, para fortalecer a atenção primária à saúde) nos países matriculados (17) estará em risco.</li> <li>Redução em cerca da metade dos países apoiados pela OPAS/OMS para atingir o <b>ODM 4</b> (Reduzir a mortalidade infantil) até 2015.</li> </ul>
2	OE1	<ul style="list-style-type: none"> <li>A redução do RB afetaria: <b>(i) a documentação e difusão de boas práticas na Imunização em três idiomas (inglês, francês e espanhol)</b>; <b>(ii) a distribuição do Boletim do PAI aos programas de vacinação no âmbito global</b>; <b>(iii) o fortalecimento da capacidade técnica nos Estados Membros para melhorar as projeções das necessidades de vacina e seringas adquiridas com recursos do Fundo Rotatório</b>. Estas são atividades para os quais o Programa de Imunizações da RSPA não tem o apoio financeiro de contribuições voluntárias. Por esse motivo, a Repartição identificou, como um ponto de partida para a cooperação técnica nessa área, o uso de recursos ordinários para demonstrar aos possíveis doadores a importância de apoiar essa atividade.</li> <li>A prevenção, controle, tratamento, vigilância e eliminação das <b>doenças negligenciadas</b> e dos riscos para saúde associados as zoonose (<b>RER 1,3</b>) requer um <b>enfoque multissetorial</b> com liderança forte de um organismo internacional. A insuficiência de financiamento poderia afetar a mobilização de parceiros para avançar rumo às metas desse indicador de RER. A redução dos fundos do RB diminuiria o ritmo de execução de programas em realização conjunta dos Estados Membros com a RSPA para <b>eliminação da raiva, preparativos para doenças zoonóticas emergentes e intervenções para reduzir a carga de doenças zoonóticas em grupos vulneráveis</b>. Com uma redução dos fundos do RB, a Repartição concentraria seu apoio nos países com elevada incidência de raiva, na participação em parcerias quando são necessárias ações conjuntas para grupos altamente vulneráveis e no monitoramento da raiva e das doenças zoonóticas com potencial pandêmico.</li> <li>Como as <b>doenças infecciosas emergentes e reemergentes</b> continuam sendo riscos de saúde pública, é imperativo apoiar os Estados Membros no desenvolvimento das capacidades centrais necessárias para detecção precoce e contenção oportuna. A <b>Pandemia de 2009 (H1N1)</b> demonstrou a necessidade de reforçar as capacidades dos países tanto de vigilância das doenças respiratórias como a influenza e outras afecções virais emergentes, como de diagnóstico laboratorial. A falta de recursos financeiros suficientes poderia afetar a qualidade e a resposta oportuna da RSPA a tais ocorrências, inclusive epidemias.</li> <li>A cooperação técnica é fundamental para pôr plenamente em prática a estratégia de gestão</li> </ul>

Priorização	OE	Impacto Programático Esperado na Cooperação Técnica da OPAS no Âmbito Regional
		integrada para a prevenção e controle da <b>dengue</b> , e, com uma redução do orçamento ordinário, a capacidade da RSPA de apoiar a implementação dessa importante estratégia seria afetada.
3	OE2	<ul style="list-style-type: none"> <li>Podem-se esperar complexos desafios no tocante à reversão da prevalência da <b>tuberculose</b> e do <b>HIV</b>, bem como da <b>incidência da malária</b>, conforme estabelecem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Eles representam uma grande carga para a economia das Américas, porque afetam predominantemente a população adulta economicamente produtiva, e têm ao mesmo tempo impacto desproporcional sobre populações vulneráveis específicas, como os pobres, os migrantes, os grupos marginalizados e a população indígena. Uma redução dos recursos financeiros e humanos afetará a cooperação técnica para fortalecer a capacidade do setor da saúde em prevenção, diagnóstico, tratamento, atenção e serviços de apoio, e para assegurar a disponibilidade e o uso adequado dos medicamentos de alta qualidade e de redes de bons laboratórios para essas doenças.</li> </ul>
4	OE3	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>As doenças crônicas, as lesões e a saúde mental</b> representam cerca de 70%-80% da carga patológica nos países da Região e absorvem a maior parte do gasto em atenção evitável à saúde. Uma redução do orçamento prejudicaria os programas de cooperação técnica para vigilância, treinamento, prevenção e controle de doenças crônicas, num momento em que estão crescendo rapidamente as solicitações e exigências de apoio dos Estados Membros.</li> </ul>
5	OE7	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Análise de Gênero e Etnicidade e Ação em Resposta:</b> a falta de orçamento comprometerá a integração dos esforços em todos os níveis da Organização, principalmente a necessária ampliação da colaboração técnica com parceiros-chave nos níveis de país e sub-regional.</li> <li><b>Determinantes Sociais de Saúde:</b> cairá o ritmo de implementação das recomendações da Comissão sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CSDH). Isso afetará o compromisso dos países, de cumprir as três recomendações abrangentes:                     <ol style="list-style-type: none"> <li>Melhorar as condições da vida cotidiana;</li> <li>Atacar a distribuição desigual de poder, dinheiro e recursos; e</li> <li>Medir e compreender o problema e avaliar o impacto da ação.</li> </ol> </li> <li><b>Objetivos de Desenvolvimento do Milênio:</b> haverá retração da cooperação técnica dos ODM, em particular o progresso da iniciativa Rostos, Lugares e Vozes, que trata das necessidades das comunidades mais marginalizadas.</li> </ul>
6	OE13	<ul style="list-style-type: none"> <li>A continuidade do <b>Programa Líderes em Saúde Internacional</b> estaria comprometida.</li> <li>O <b>Campus Virtual de Saúde Pública</b> reduziria sua cobertura atual.</li> <li>A cooperação técnica para <b>Planos de Desenvolvimento Nacional da Saúde na América Central</b> seria reduzida.</li> </ul>
7	OE10	<p>A cooperação técnica da RSPA com os Estados Membros para a execução da <b>gestão produtiva dos serviços de saúde (PERC)</b> estará comprometida, em particular os mandatos relacionados com fortalecimento e desenvolvimento de sistemas de saúde, inclusive a Agenda de Saúde para as Américas 2008-2017; a Resolução CSP26.R19 sobre a extensão da proteção social na saúde; a resolução WHA58.33, sobre financiamento sustentável da saúde, cobertura e seguro médico social universal; e Resolução WHA62, sobre atenção primária à saúde e fortalecimento dos sistemas de saúde.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Uma redução do orçamento ordinário poderia também afetar os sistemas de saúde, particularmente em face do aumento da carga que lhes está sendo imposta em resultado da pandemia de influenza e dos efeitos da crise econômica, que debilitou a capacidade do setor privado e dos sistemas de seguridade social de proporcionar cobertura de assistência de saúde, deixando muitas pessoas de baixa e média renda na dependência de serviços públicos de atenção de saúde.</li> </ul>
8	OE8	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Saúde do Trabalhador:</b> será afetada a cooperação técnica na área de saúde e proteção dos trabalhadores em seu lugar de trabalho, inclusive hospitais e centros de saúde. Isto ameaçará a efetividade da resposta dos profissionais de saúde em epidemias futuras, como o demonstram as provas.</li> <li><b>Mudança Climática:</b> haverá necessidade de reduzir as metas do plano regional.</li> <li><b>Água e Saneamento:</b> haverá retração da promoção dos planos de segurança sanitária, assim como da estratégia sobre a qualidade da água.</li> </ul>
9	OE6	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Promoção da Saúde e Escolas Saudáveis:</b> o trabalho da comunidade que está atualmente tratando da prevenção desacelerará, e isso, por sua vez, terá um impacto de longo prazo na saúde da população.</li> <li><b>Tabaco:</b> diminuição do trabalho que sendo realizado atualmente para fortalecer a implementação da CMLAT. Isso afetará o atual plano de ação dos países e continuará prejudicando a saúde das pessoas nas Américas.</li> <li><b>Fatores de Risco e Doenças Crônicas:</b> a cooperação técnica na vigilância de fatores de risco, já em nível limitado, seria reduzida.</li> <li><b>Álcool e Abuso de Substâncias:</b> as atividades de cooperação técnica nesta área já são muito limitadas, devido à insuficiência de recursos, particularmente no que se refere ao abuso de</li> </ul>

Priorização	OE	Impacto Programático Esperado na Cooperação Técnica da OPAS no Âmbito Regional
		substâncias. Em resposta a essa situação, outras organizações assumiram o papel da OPAS/OMS. Considerando que esta área requer pessoal técnico adicional, a falta de financiamento diminuirá ainda mais a cooperação técnica da OPAS/OMS.
10	OE14	<ul style="list-style-type: none"> <li>A continuidade do programa de <b>Contas Nacionais de Saúde (CNS)</b> seria afetada, uma vez que haverá dificuldade de proporcionar cooperação técnica para sua execução.</li> <li>A cooperação técnica no fortalecimento das Unidades Econômicas de Saúde será afetada negativamente.</li> </ul>
11	OE11	<ul style="list-style-type: none"> <li>A <b>Iniciativa Regional e de Países sobre Dados Básicos de Saúde</b> e os <b>Perfis de Países</b> ficarão limitados especialmente ao desenvolvimento de dados básicos subnacionais, à análise da situação sanitária nos países e à produção de publicações relevantes.</li> <li><b>Sistemas de Informação em Saúde:</b> o nível da cooperação técnica prestada pela RSPA na implantação do <b>Plano de Ação para Fortalecer as Estatísticas Vitais e de Saúde</b> nos países seria reduzido. Isso afetaria a sustentabilidade desses planos, a produção de dados de qualidade e oportunos, assim como a tomada de decisões, o monitoramento das políticas de saúde no âmbito nacional e os esforços interinstitucionais. Além disso, seria afetada a consolidação de iniciativas e objetivos relacionados com os Direitos Humanos, como o registro de nascimentos.</li> <li><b>Observatório de Saúde:</b> há risco de não ser possível integrar ou aceder aos dados de saúde dos programas da OPAS por todos os Estados Membros (estão depositados na base de dados da RSPA os dados dos países).</li> <li>Prevê-se que a <b>Política de Pesquisa da Organização</b> será aprovada pelos Órgãos Diretivos. Com uma redução do RB, porém, a capacidade da Repartição de apoiar a sua execução seria limitada.</li> </ul>
12	OE12	<ul style="list-style-type: none"> <li>A cooperação técnica sobre os temas fundamentais da introdução e acesso a tecnologias em saúde teria de ser reduzida.</li> <li>As atividades pertinentes ao uso racional dos medicamentos e à vigilância farmacológica teriam de ser reduzidas.</li> </ul>
13	OE5	<ul style="list-style-type: none"> <li>A <b>Resposta a Catástrofes</b> e, em menor grau, as atividades de <b>Defesa Civil</b> atraem contribuições voluntárias. Um pequeno orçamento ordinário central para as despesas essenciais de gestão e operacionais é consignado ao OE5. Esse orçamento cobre gastos que não são permitidos nos acordos de doação, tais como despesas gerais e funções de gestão não relacionadas com os projetos específicos. Essa pequena alocação do RB permite ao OE ficar independente das limitações dos doadores. Qualquer redução desse RB já baixo tornará o OE5 completamente dependente dos doadores e inevitavelmente regido por eles.</li> </ul>
14	OE9	<ul style="list-style-type: none"> <li>A execução da <b>Parceria Pan-Americana para a Nutrição e Desenvolvimento para Atingir os ODM</b> seria afetada.</li> <li>O apoio aos Estados Membros com respeito ao <b>fortalecimento de programas de prevenção e controle da carência de micronutrientes</b> só seria prestado a 4 de cada 8 países</li> <li>O desenvolvimento do <b>Plano Regional de Segurança e Inocuidade dos Alimentos</b> seria afetado, em particular a ampliação das plataformas de <i>Webinar/Videocast (seminários/difusão via Web)</i> para treinamento a distância de laboratórios participantes em redes regionais e globais. Seria reduzida substancialmente a produção de informações para (i) caracterização de produtos químicos e contaminantes biológicos em alimentos e de doenças transmitidas pelos alimentos e pela água; e (ii) determinação da carga e impacto direto na saúde e indireto no comércio, no turismo e na economia em geral. O uso econômico/eficiente dessas plataformas seria também reduzido para outras atividades de treinamento, tais como avaliação de riscos, administração e comunicação relacionada com produtos alimentícios contaminados, doenças zoonóticas emergentes e reemergentes e a execução do RHI (2005). A formulação de programas de prevenção e controle de base científica seria também gravemente limitada.</li> <li>Seria reduzida a cooperação técnica na harmonização da legislação no contexto do <b>Codex Alimentarius</b>, bem como o treinamento em sistemas modernos de inspeção.</li> <li>A transferência de experiências bem-sucedidas na implantação das 5 as Chaves da OMS para Alimentos Mais Seguros nas escolas e outros locais e a estratégia para inocuidade dos alimentos em mercados municipais seriam afetadas negativamente—a cooperação técnica seria limitada aos países prioritários. A inocuidade alimentar é uma estratégia fundamental da Atenção Primária à Saúde e contribui também para a realização dos ODM—combate à pobreza e à fome, educação primária universal e redução da mortalidade infantil.</li> </ul>

### III. ESFORÇOS DA RSPA PARA MELHORAR A EFICIÊNCIA E PRODUTIVIDADE

#### A Força de Trabalho da RSPA e as Tendências de Orçamento ordinário

A força de trabalho da RSPA é o elemento mais crítico para responder eficazmente aos Estados Membros da OPAS na realização dos Objetivos Estratégicos (OE) e Resultados Esperados a Nível Regional (RER) formulados no Plano Estratégico.

Como se mostra no Demonstrativo 1, os Postos de Prazo Fixo (FTP) financiados pelo orçamento ordinário da OPAS/OMS sofreram redução de 24,7% nas duas últimas décadas (barras azuis), de 1.033 em 1990-1991 para 778 para 2008-2009. Nos contínuos esforços para manter a disciplina orçamentária, é proposta outra redução de 21 postos no Orçamento-Programa para 2010-2011, para um total de 757. Embora a curva do orçamento para postos de prazo fixo em dólares correntes<sup>1</sup> (curva vermelha) mostre uma tendência crescente constante, o orçamento para FTP em dólares constantes<sup>2</sup> atingiu um ponto máximo no biênio 2002-2003 e caiu agora para o mesmo nível do biênio 1990-1991. A diminuição no período 2002-2007 é de 17,5%. A persistir essa tendência, serão necessários fundos adicionais nos próximos biênios para manter a força de trabalho mínima necessária.

Apesar dos esforços da RSPA para conter as despesas de pessoal, como mostra a diminuição constante do número de FTP financiados com o orçamento ordinário da OPAS/OMS, nas duas últimas décadas o orçamento em dólares correntes continua a crescer (curva vermelha). Ver demonstrativo 1.

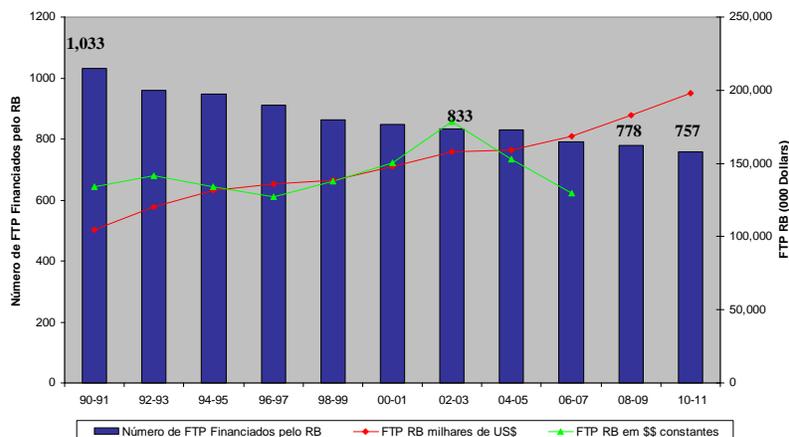
Cabe assinalar que foi usado no cálculo para a Região como um todo o deflator de Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL). Essa estatística é baseada num visão macro de “carteira” do comportamento das economias da América Latina frente ao dólar dos Estados Unidos. Contudo, a mescla de locais e moedas das operações da OPAS sugere que o efeito da perda de poder aquisitivo do orçamento da Organização é ainda mais dramática, tendo-se decidido, porém, para usar indícios referenciados, manter o deflator da CEPAL.

---

<sup>1</sup> Refere ao uso de preços e custos reais.

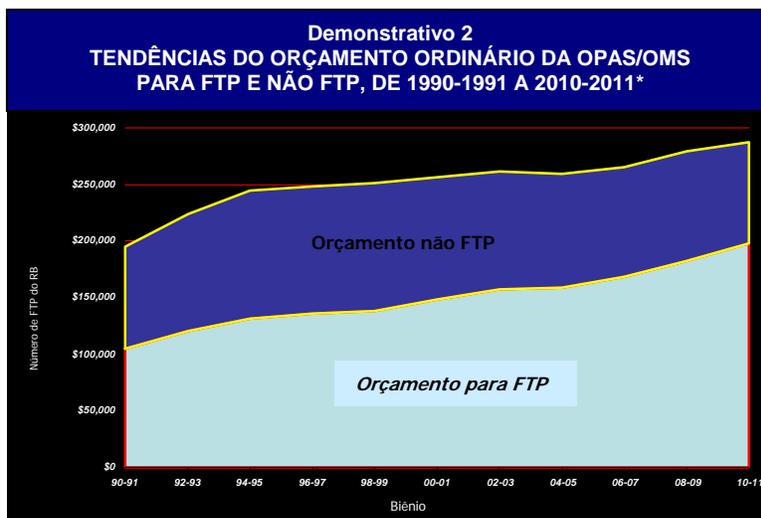
<sup>2</sup> O termo dólares constantes refere-se a um método de medição para que avalia o preço em dólares de algo ao passar do tempo, com o ajuste para inflação ou deflação.

**Demonstrativo 1**  
**NÚMERO DE FTP DO RB COMPARADOS COM OS FTP DO ORÇAMENTO**  
**ORDINÁRIO EM DÓLARES CORRENTES E CONSTANTES\***  
**DE 1990-1991 A 2010-2011**



\* Deflator implícito do PIB da ALC, Preços Constantes de Mercado de 2000. Fonte: Elaborado com dados da CEPAL, Statistical Yearbook 2008, PP 88 e 90

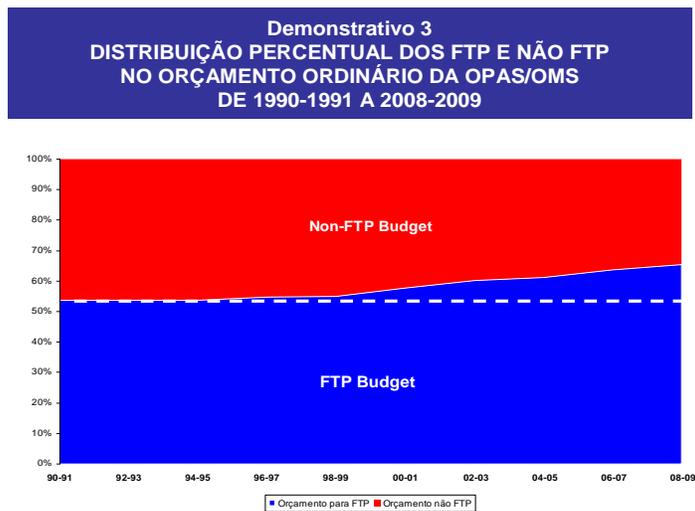
Como se mostra no Demonstrativo 2, o aumento do orçamento para FTP ocorreu em prejuízo do orçamento não vinculado a FTP.



O orçamento não vinculado a FTP nos dois últimos biênios (2006-2007/2008-2009) permaneceu abaixo de US\$97 milhões a preços correntes, enquanto o orçamento para FTP cresceu em US\$14 milhões. Essa tendência continua nos montantes propostos para o biênio 2010-2011.

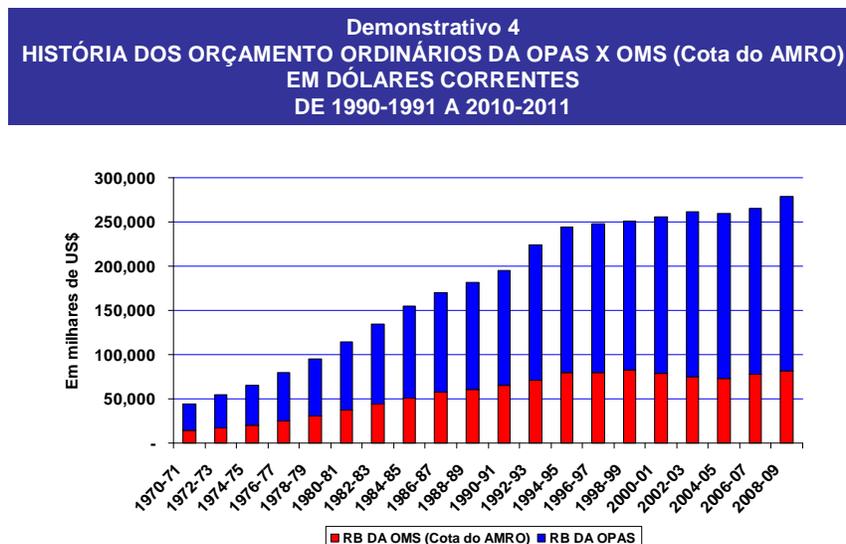
O Demonstrativo 3 mostra a mesma informação, mas expressa em percentagens. O orçamento não FTP caiu de 46% em 1990-1991 para 35% em 2008-2009, e o para FTP subiu de 54% para 65% no mesmo período. Isso

representa uma mudança na alocação de recursos nas duas últimas décadas, de um quociente de 54/46 de FTP para não FTP em 1990-1991 para 65/35 em 2008-2009 (orçamento para FTP / orçamento não FTP).



## Tendências do Financiamento da OPAS/OMS por Conta do Orçamento Ordinário

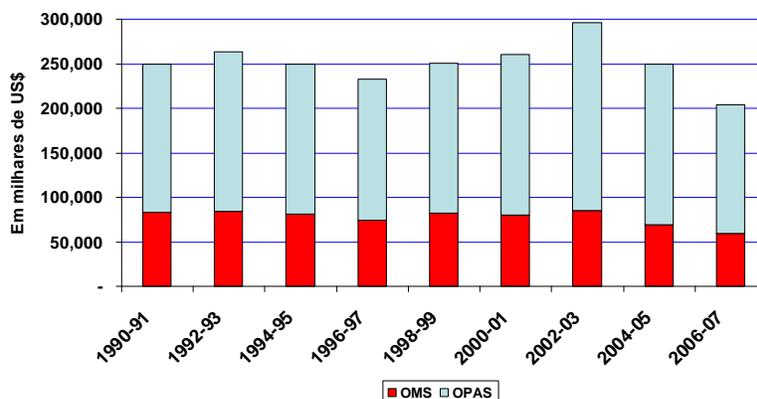
Desde 1994-1995, os aumentos decorrentes de inflação deixaram atrás os aumentos do orçamento nominais. Enquanto os custos de FTP continuaram aumentando, orçamento não FTP tem sido reduzido em termos tanto constantes como correntes, resultando em perda significativa de poder aquisitivo para cooperação técnica durante aquele período. Além disso, nos 15 últimos anos, a cota<sup>3</sup> do AMRO diminuiu proporcionalmente como percentagem do orçamento ordinário total da OPAS/OMS. O Demonstrativo 4 apresenta quatro décadas de história na composição do orçamento ordinário no Orçamento-Programa da OPAS/OMS. No último decênio, a cota do AMRO no orçamento ordinário do total caiu de 33% em 1994-1995 para 29,2% em 2008-2009.



Embora tenha havido aumento do orçamento ordinário da OPAS/OMS em dólares correntes, o Demonstrativo 5 mostra como o orçamento ordinário reduziu seu poder aquisitivo em 18% a preços em dólares constantes dos Estados Unidos de 2000 (no equivalente a 45,5 milhões). O financiamento da OMS permaneceu relativamente inalterado durante o período 1990-2003 e mostra diminuição constante nos biênios 2004-2005 e 2006-2007.

<sup>3</sup> A porção do orçamento ordinário de OMS aprovada pela Assembleia Mundial da Saúde para a Região das Américas.

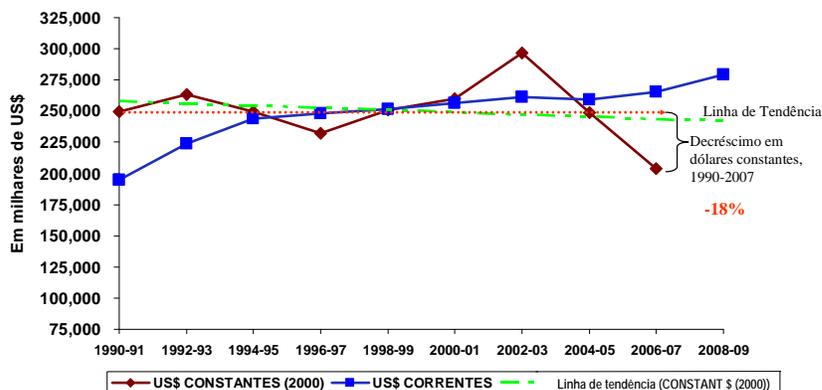
**Demonstrativo 5**  
**HISTÓRIA DOS ORÇAMENTOS ORDINÁRIOS DA OPAS X OMS**  
**EM DÓLARES CONSTANTES\***  
**BIÊNIOS 1990-1991 / 2006-2007**



\* Usando dólares constantes de 2000. Deflator implícito para ALC. Preços de mercado constantes de 2000 – Fonte: Elaborado com dados da CEPAL, Statistical Yearbook 2008, PP. 88 e 90.

Houve crescimento no orçamento ordinário da OPAS/OMS em dólares correntes; contudo, a tendência em dólares constantes diminuiu. A redução observada em dólares constantes é estimada em cerca de 18% no período 1990-2007, como se mostra no Demonstrativo 6.

**Demonstrativo 6**  
**ORÇAMENTO ORDINÁRIO DA OPAS/OMS EM DÓLARES CORRENTES**  
**COMPARADOS COM DÓLARES CONSTANTES DE 2000**  
**1990-1991 / 2010-2011**



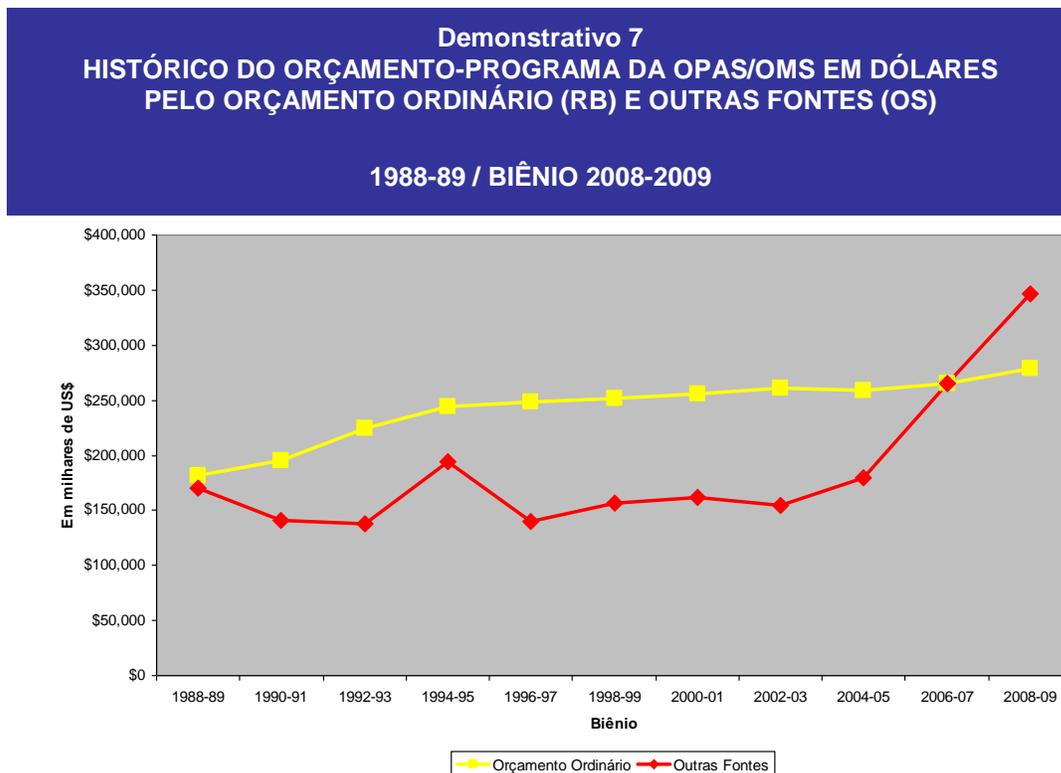
Fonte: Elaborado com dados da CEPAL, Statistical Yearbook 2008, PP. 88 e 90.

## Tendência do Programa do Total da OPAS/OMS e do Orçamento

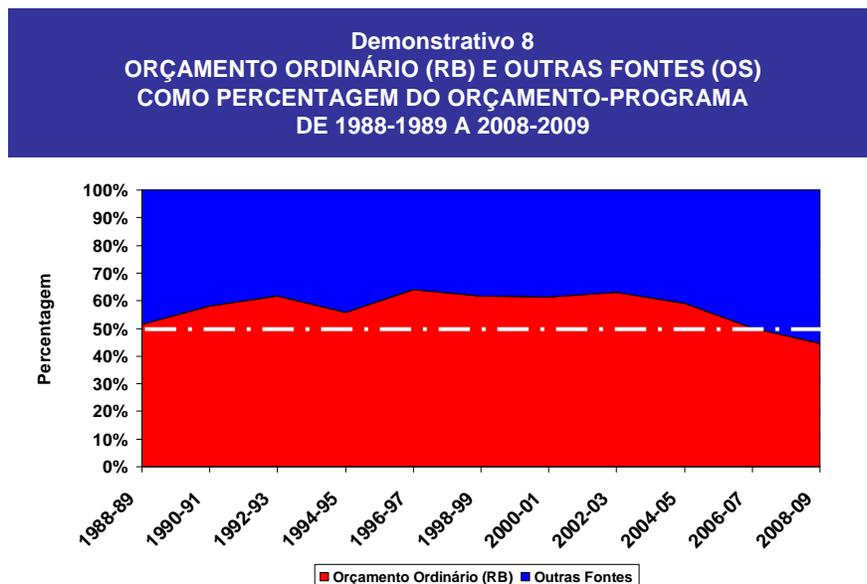
As três principais fontes do financiamento da Organização são as seguintes:

- o Orçamento Ordinário da OPAS (RB)**, que compreende as cotas de contribuição (cotas) dos Estados Membros da OPAS mais as receitas diversas estimadas;
- a Cota do AMRO**, que é a porção do orçamento ordinário da OMS aprovada para a Região das Américas pela Assembleia Mundial da Saúde;
- Outras Fontes (OS)**, compreendendo principalmente as contribuições voluntárias captadas pela OPAS ou através da OMS, os fundos gerados de apoio a programas e financiamento do Fundo Mestre de Investimentos de Capital, entre outras categorias.

Neste sentido, o Demonstrativo 7 mostra que, por muitos anos, os recursos OS foram inferiores ao recursos RB. Desde 2002-2003, contudo, os recursos OS (principalmente contribuições voluntárias) aumentaram constantemente. Em 2006-2007, esses recursos foram quase iguais ao RB e em 2008-2009 ultrapassaram o RB em US\$67,9 milhões. Embora sejam necessários recursos adicionais, a alta proporção de OS suscita um desafio para assegurar que esses fundos sejam usados seguindo prioridades definidas dos Estados Membros da OPAS. A Parte IV, "Esforços da RSPA para melhorar desempenho programático institucional", trata dos esforços da Repartição nesse sentido.



O quociente OS/RB evoluiu de 5%/50% em 1988-1989 para 55%/45% no 2008-2009 de biênio como se mostra no demonstrativo 8.

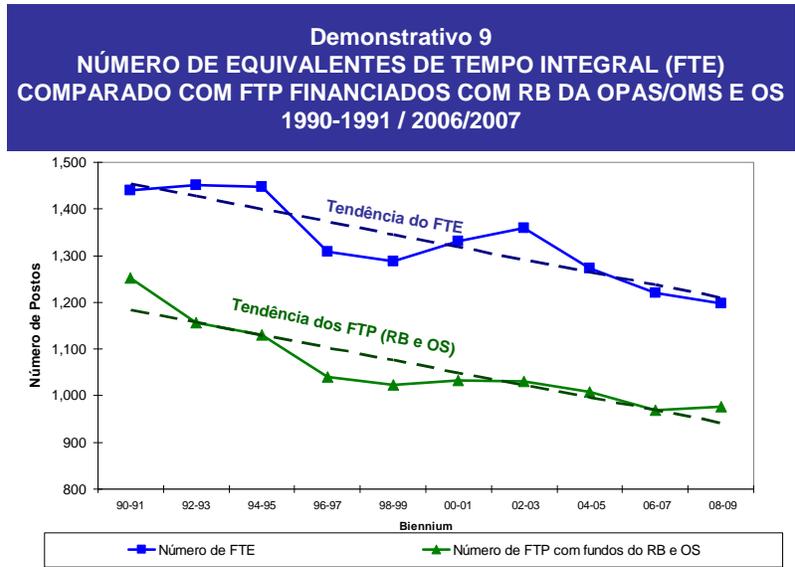


Até o fim do terceiro semestre do biênio atual, 30 de junho de 2009, a OPAS receberá US\$383,5 milhões em contribuições voluntárias, dos quais \$370,2 milhões (97%) são vinculados e \$13,3 milhões (3%) são não vinculados. Além disso, a OPAS recebeu da OMS até agora a quantia total de US\$48,5 milhões de contribuições voluntárias, sendo \$35,8 milhões (74%) vinculados e \$12,7 milhões (26%) não vinculados.

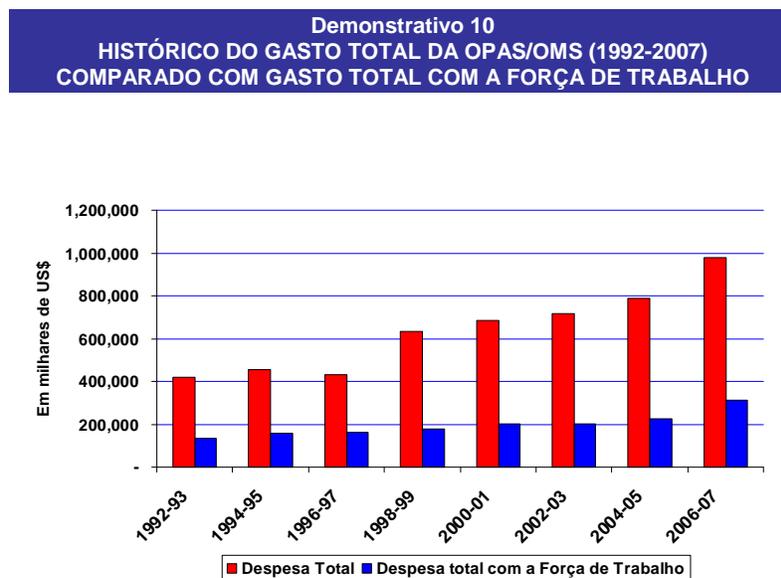
### **Força de Trabalho: Eficiência e Produtividade**

A força de trabalho total da RSPA medida em Equivalentes de Tempo Integral (FTE) é composta de postos de prazo fixo financiados com recursos RB e OS, e todo o pessoal restante é contratado mediante diferentes tipos de mecanismos (por exemplo, profissionais a curto prazo, consultores a curto prazo, pessoal designado por ministérios da saúde, pessoal contratado através de agências de pessoal temporário, etc.). Para fins de comparação, é útil o conceito de equivalente de tempo integral (FTE).

O Demonstrativo 9 indica que a força de trabalho total diminuiu no período de 1990 a 2009. É de se notar que a tendência de FTE é acompanhada paralelamente a diminuição dos FTP financiados pelo RB da OPAS/OMS e por OS, mostrando o esforço que RSPA está envidando para diminuir sua força de trabalho. Uma redução de 275 postos ocorreu em FTP financiados pelo RB e OS. Ocorreu no mesmo período uma redução total de 254 FTE. Assim, o peso da redução recai sobre os FTP.

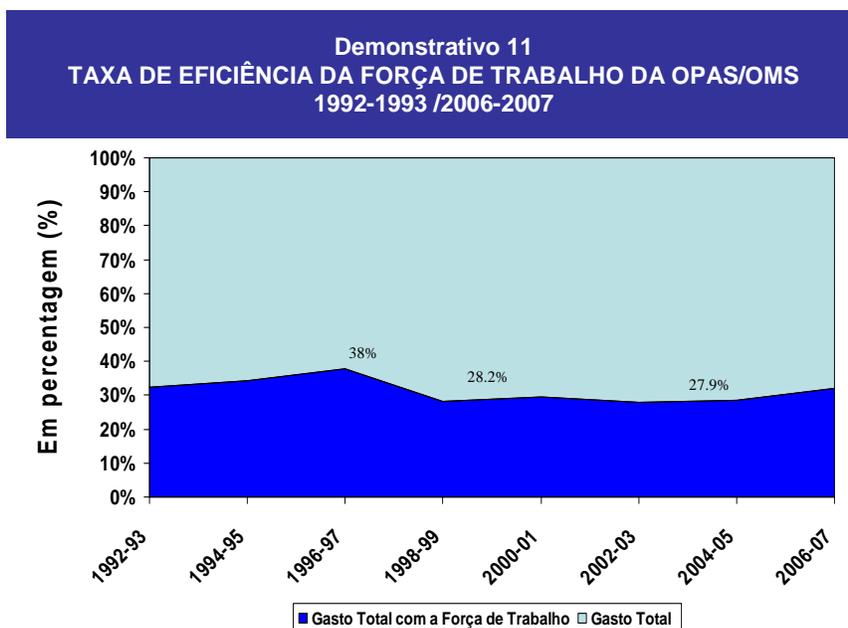


O Demonstrativo 10 compara os gastos com a força de trabalho com a despesa total da OPAS/OMS durante o período 1992-2007.



Apesar da redução da força de trabalho total, a RSPA pôde manter uma taxa de **eficiência** bastante estável (despesa da força de trabalho expressa como percentagem da despesa total) durante o período 1992-2009, como se observa no Demonstrativo 11, chegando ao ponto de mais baixo (27,9%) no biênio 2004-2005. A

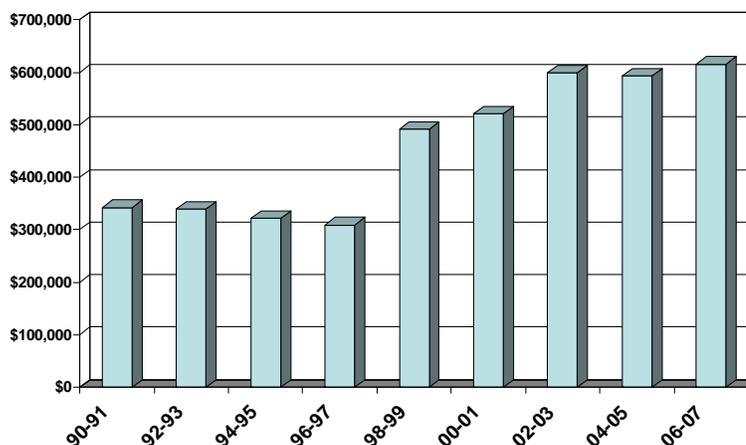
partir, porém, de 2006-2007, a curva mostra um pequeno aumento, o que indica uma redução moderada dos ganhos de eficiência obtidos de 1996-1997 até agora. Isso pode indicar que outras reduções dos postos de prazo fixo podem não resultar em melhoria geral da eficiência.



A **produtividade** da força de trabalho (medida aqui como o gasto total da OPAS/OMS por ano (produção bruta) em dólares constantes por equivalente de tempo integral por pessoa)<sup>4</sup> aumentou (Demonstrativo 12). Embora os FTE tenham diminuído com o tempo (Demonstrativo 9), a produtividade do pessoal aumentou de US\$342.575 por FTE em 1990-1991 para US\$615.288 por FTE em 2006-2007, em dólares constantes de 2000; isso representa um aumento de 79% da produtividade em quase duas décadas. Pode-se observar um aumento significativo da produtividade a partir do biênio 1998-1999, refletindo o nível significativo da despesa não vinculada a projetos (todos os outros gastos não incluído no Orçamento-Programa) administrados pela RSPA.

<sup>4</sup> Com base na definição de produtividade do trabalho da OCDE medida como valor do produto bruto corrigido para inflação (volume) dividido pelos insumos de mão-de-obra (Fonte: The OECD Productivity Manual. A Guide to the Measurements of Industry-Level and Aggregate Productivity).

**Demonstrativo 12  
PRODUTIVIDADE  
DESPESA TOTAL DA OPAS/OMS POR EQUIVALENTE DE TEMPO INTEGRAL\*  
1990-1991 / 2006-2007**



\* Valor agregado por FTE em dólares constantes a preços de 2000.

#### IV. ESFORÇOS DA RSPA PARA MELHORAR O DESEMPENHO PROGRAMÁTICO INSTITUCIONAL

Os Órgãos Diretores da OPAS solicitaram que as considerações sobre recursos se concentrassem no desempenho programático—e não só como uma questão orçamentária—, que vem a ser uma característica importante da estrutura de gestão por resultados (RBM). Tendo isso em mente, a Repartição criou um processo de Avaliação e Monitoramento de Desempenho e (PMA) para poder medir e avaliar o andamento de programas e a correspondente utilização de recursos. Esses esforços serão afetados se a base de conhecimento necessária para a análise for reduzida. A base de conhecimento é proporcionada por pessoal estável e de tempo integral (FTP) que esteja também envolvido no processo de planejamento, visto que a RBM vincula estreitamente o planejamento, execução e avaliação com as suas necessidades concomitantes de recurso. É difícil imaginar um enfoque alternativo a esse processo.

O mecanismo de PMA fornece informações sobre a cadeia de resultados e metas no nível institucional e de entidade da RSPA, conforme estabelecem o Plano Estratégico 2008-2012, o Orçamento-Programa para 2008-2009 e os planos de trabalho bienais (BWP). O sistema permite a análise institucional, assim como a de entidades, combina avaliações de execução programática e de recursos e facilita também análises de temas especiais. O progresso é medido usando uma combinação de dados gerados pelo sistema (como número de marcos miliares atingidos) e avaliações de gestão que levam em consideração esses dados, mas classifica também o progresso e a probabilidade geral de atingir resultados esperados e objetivos estratégicos (OE).

Embora o trabalho esteja ainda em curso, o que se segue ilustra o uso dos exercícios de PMA nos três últimos semestres do biênio atual. Nos exercícios de PMA, foram avaliadas todas as 77<sup>5</sup> entidades da RSPA. Um total de 2.439 Resultados Esperados Específicos de Unidade (OSER), 4.681 indicadores de OSER e respectivos marcos miliares foi analisado pelos gerentes e equipes de entidades, assim como por equipes de análise inter pares.

<sup>5</sup> Desde Dezembro de 2008, o número de Entidades diminuiu de 79 para 77 em virtude de fusões.

**Progresso no cumprimento de Objetivos Estratégicos (OE)**

O Demonstrativo 13 fornece informação sobre o desempenho na busca dos OE do primeiro, segundo e terceiro semestre, conforme avaliação pelos Facilitadores de OE. O quadro mostra que, no final do terceiro semestre do biênio (30 de junho de 2009), sete OE (44%) do Plano Estratégico eram classificados como “em andamento” (verde). Nessa etapa do monitoramento e avaliação, não havia nenhum OE classificado como “em dificuldade” (vermelho). Amarelo é considerado “em risco”. Deve-se assinalar que esta avaliação mostra o progresso rumo ao cumprimento dos OE e aos indicadores (metas ao nível de impacto) planejados até 2013.

<b>Demonstrativo 13</b>			
<b>Monitoramento e Avaliação de Desempenho conforme Cálculo dos Facilitadores de OE, 30 de Junho de 2009</b>			
OE	Semestre		
	Primeiro	Segundo	Terceiro
OE 1			
OS 2			
OE 3			
OE 4			
OE 5			
OE 6			
OE 7			
OE 8			
OE 9			
OE 10			
OE 11			
OE 12			
OE 13			
OE 14			
OE 15			
OE 16			
OPAS			

### Avaliação de desempenho de marcos miliares

Marcos miliares são eventos comprováveis conducentes à avaliação do progresso no cumprimento dos indicadores de OSER. Como se mostra no Demonstrativo 14, foi avaliado um total de 4.681 marcos durante o terceiro semestre do biênio, dos quais foram atingidos 78%. A diminuição em relação ao segundo semestre relacionou-se principalmente com os atrasos na implementação de certas atividades programadas, devido à resposta à Pandemia de 2009 (H1N1). Isso poderia também estar mostrando melhor compreensão e uso do processo de PMA pelo pessoal da RSPA.

<b>Demonstrativo 14</b>			
<b>Avaliação de Desempenho por Marcos do BWP de 2008-2009 por Semestre<sup>6</sup></b>			
	Semestre		
	Primeiro	Segundo	Terceiro
Marcos totais avaliados	4.553	4.681	4.681
% de marcos atingidos	87%	90%	78%

### Execução financeira

A taxa de execução financeira geral (montante obrigado dividido por fundos programados) da Organização no final do terceiro semestre (30 de junho de 2009) foi 77%, o que indica que a RSPA está executando em um ritmo apropriado (Demonstrativo 15). A persistir esta taxa de execução é de se esperar que a taxa de execução bienal média se seja atingida no final do biênio.

<b>Demonstrativo 15</b>		
<b>Execução Financeira por Procedência de Fundos *</b>		
Tipo de financiamento	Total	% Executada
Orçamento ordinário	279.067.000	76%
Outras fontes	256.664.400	77%
Total	535,731,400	77%

\* Desde 30 de junho de 2009

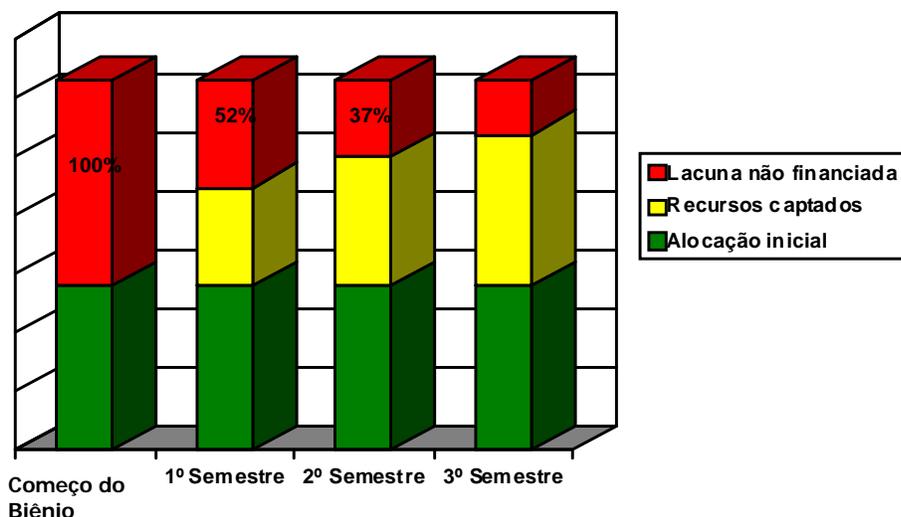
### Situação da lacuna não financiada

Lacuna não financiada é a diferença entre o custo planejado e os fundos totais alocados (tanto RB como OS) em qualquer ponto dado, no período de planejamento. Esta análise pode ser realizada para determinar as necessidades de recursos de uma entidade do BWP, da RSPA como um todo ou para um Objetivo Estratégico. Essa lacuna não financiada torna-se o centro da captação de recursos para a Organização. A medição precisa da brecha não financiada é um trabalho em andamento e necessita ser examinada de forma sistemática a fim de ajustá-la às necessidades e prioridades da RSPA, das entidades ou dos OE.

O Demonstrativo 16 mostra como a lacuna não financiada para a RSPA como um todo (nível institucional) evoluiu mediante esforços de captação de recursos, do começo do biênio até o final do terceiro semestre. Até 30 de junho de 2009, 14,43% (\$90.335.600 Milhões) continuavam não financiados.

<sup>6</sup> A classificação usada na RSPA é a seguinte: Vermelho=com problema (atingidos menos de 75% dos marcos). Amarelo=em risco (atingidos entre de 75% e 89% dos marcos), Verde=em andamento atingidos mais de 90% dos marcos).

**Demonstrativo 16**  
**Situação da Lacuna Não Financiada na RSPA em 30 de Junho de 2009**  
 (como percentagem da brecha não financiada inicial)



	Começo do Biênio	1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre
<b>Orçamento ordinário:</b>	279.067.000	279.067.000	279.067.000	279.067.000
<b>Recursos captados*:</b>	0	167.000.400	218.027.500	256.664.400
<b>Lacuna não financiada:</b>	347.000.000	179.999.600	128.972.500	90.335.600
<b>Custo total planejado:</b>	<b>626.067.000</b>	<b>626.067.000</b>	<b>626.067.000</b>	<b>626,067,000</b>

\* Exclui os projetos internos financiados por governos.

## CONCLUSÕES

O continuado empenho da RSPA em “fazer mais com menos” pode afetar a execução de programas, possivelmente comprometendo a qualidade de seus serviços, o que poderia ocorrer em detrimento da qualidade da base institucional de conhecimentos de cooperação técnica, dos controles apropriados e da responsabilização.

A força de trabalho total medida por equivalentes de tempo integral (FTE) acusou diminuição durante o período de 1990 ao 2009. A análise da curva de eficiência mostra que é pouco provável que se obtenham maiores ganhos de eficiência se a força de trabalho continuar a diminuir, podendo a RSPA já ter mesmo chegado ao ponto a partir do qual não é possível outra redução da força de trabalho sem afetar prestação de cooperação técnica.

A análise também mostra que produtividade da força de trabalho aumentou. Se, contudo, persistir a tendência para a redução da força de trabalho, há risco que a produtividade possa ser também comprometido, assim como a qualidade da cooperação técnica que é baseada em resultados (RBM).

A redução dos FTP levanta uma preocupação adicional para a Organização, dado que suas funções básicas não podem ser delegadas a pessoal contratado através de mecanismos menos permanente, por causa da alta rotatividade de pessoal associada a esses tipos de contrato. Esse aspecto apresenta um risco a longo prazo contra os compromissos institucionais e a missão da RSPA. Por outro lado, uma força de trabalho central robusta garantirá a integridade no trabalho da Organização e na gestão de seus recursos.

A análise das taxas de execução financeira e programática observadas no final de terceiro semestre do atual biênio indica que serão alcançadas taxas históricas de execução e obtidos os resultados esperados.

Com base nessas análises, o melhor cenário para a Organização, para assegurar eficiência e produtividade contínua, é Cenário A, que requer 6,3% de aumento das cotas de contribuição. Considerando, porém, a atual situação econômica, a RSPA recomenda o Cenário D, que pede um aumento de 3,5%, como fórmula conciliatória aceitável.

O Cenário C, mantendo as cotas de contribuição sem aumento, não é recomendado. Nesse cenário, o orçamento operacional da Organização para as atividades não pertinentes a FTP seria reduzido em 10,7%, em termos gerais, em comparação com o biênio 2008-2009. Com a aplicação da Política Orçamentária Regional para Programas, o âmbito regional sofreria uma redução de 34% em média.

Os quadros seguintes ilustram o impacto da Política Orçamentária Regional para Programas na distribuição dos orçamentos não FTP para os três níveis do orçamento-programa da Organização nos diferentes cenários:

**Cenário A:**

Orçamento não FTP	2008-2009	Varição	2010-2011	Porcentagem
	\$	\$	\$	%
<b>Regional</b>	28.426	(3.510)	24.916	-12,35%
<b>Sub-regional</b>	7.473	1.231	8.704	16,47%
<b>País</b>	55.367	3.913	59.280	7,07%
<b>Total</b>	<b>91.267</b>	<b>1.633</b>	<b>92.900</b>	<b>1,79%</b>

**Cenário B:**

Orçamento não FTP	2008-2009	Varição	2010-2011	Porcentagem
	\$	\$	\$	%
<b>Regional</b>	28.426	(5.463)	22.963	-19,22%
<b>Sub-regional</b>	7.473	973	8.446	13,01%
<b>País</b>	55.367	2.439	57.806	4,41%
<b>Total</b>	<b>91.267</b>	<b>(2.051)</b>	<b>89.216</b>	<b>-2,25%</b>

**Cenário C:**

Orçamento não FTP	2008-2009	Varição	2010-2011	Porcentagem
	\$	\$	\$	%
<b>Regional</b>	28.426	(9.570)	18.856	-33,67%
<b>Sub-regional</b>	7.473	430	7.904	5,76%
<b>País</b>	55.367	(661)	54.706	-1,19%
<b>Total</b>	<b>91.267</b>	<b>(9.801)</b>	<b>81.466</b>	<b>-10,74%</b>

**Cenário D:**

Orçamento não FTP	2008-2009	Varição	2010-2011	Porcentagem
	\$	\$	\$	%
<b>Regional</b>	28.426	(6.213)	22.213	-21,86%
<b>Sub-regional</b>	7.473	874	8.347	11,69%
<b>País</b>	55.367	1.873	57.240	3,38%
<b>Total</b>	<b>91.267</b>	<b>(3.467)</b>	<b>87.800</b>	<b>-3,80%</b>

No Cenário C, e em menor grau nos Cenários B e D, haverá um impacto programático negativo na prestação da cooperação técnica da OPAS, em particular no âmbito regional. Isso inclui pôr em risco a viabilidade e/ou continuidade de várias iniciativas de cooperação técnica que dependem em grande parte de recursos do orçamento ordinário, como: as atividades de saúde materno-infantil no CLAP seriam afetadas gravemente, porque o Centro só poderia realizar trabalho intramuros; a cobertura para a implantação das Novas Normas da OMS para o Crescimento Infantil seria reduzida pela metade; seriam reduzidos os esforços de imunização no fortalecimento da capacidade dos Estados Membros para melhorar as projeções dos requisitos de vacinas do PAI; a continuidade do Programa Internacional de Liderança em Saúde ficaria ameaçada; a cobertura do Campus Virtual de Saúde Pública será reduzida; seria reduzida a cooperação técnica para planos de desenvolvimento nacional da saúde na América Central; seria reduzida a implementação das recomendações da Comissão sobre os Determinantes Sociais da Saúde; as metas para o Plano de Ação sobre Mudança Climática e Saúde seriam reduzidas; e seria reduzido o apoio à execução da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, para mencionar apenas alguns (queira referir a parte II para detalhes completos). Em geral, as intervenções no nível regional na maioria das áreas programáticas seriam limitadas a apoiar somente os países prioritários.

É preciso que os esforços de monitoramento do desempenho programático e financeiro tenham continuidade e sejam fortalecidos para refletir plenamente o enfoque de RBM na OPAS.

## SIGLAS

AMRO	Escritório Regional para as Américas da OMS
AMS	Assembleia Mundial da Saúde
BWP	Plano de Trabalho Bienal
CAPI	Comissão de Administração Pública Internacional das Nações Unidas
FTE	Equivalente de tempo integral
FTP	Posto de prazo fixo
OE	Objetivo estratégico
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
OS	Outras fontes
OSER	Resultado Esperado Específico de Escritório
RB	Orçamento ordinário
RBM	Gestão baseada em resultados
RER	Resultados esperados a nível regional
RPBP	Política Orçamentária Regional para Programas
RSPA	Repartição Sanitária Pan-Americana
SPBA	Subcomitê para Programas, Orçamento e Administração
VC	Contribuições voluntárias

## GLOSSÁRIO

### **Cota do AMRO**

Porção do Orçamento Ordinário da OMS aprovada pela Assembleia Mundial da Saúde para a Região das Américas

### **Dólares correntes**

Valor de um dólar sem ajuste para o efeito de inflação ou deflação.

### **Dólares constantes**

Um método de avaliar o preço em dólares de algo com o passar do tempo, com ajuste para inflação ou deflação.

### **Taxa de Execução Financeira**

Desembolsos totais divididos pela alocação total de recursos financeiros

### **Equivalente de tempo integral (FTE)**

Medida do esforço da força de trabalho equivalente a uma pessoa que trabalha em regime de tempo integral por um ano—uma maneira de medir a força de trabalho total de RSPA, inclusive postos de prazo fixo (FTP) financiados com orçamento ordinário (RB) e outras fontes, bem como todo o pessoal restante contratado através de mecanismos que não FTP.

### **Postos de prazo fixo (FTP)**

A RSPA coloca por um período de tempo decidido sujeito aos recursos humanos das Nações Unidas as regulamentações. Poder ser financiado seja por orçamento ordinário ou outras fontes

### **Orçamento de posto de prazo fixo**

O custo associado ao financiamento dos postos de prazo fixo dentro do orçamento ordinário da OPAS/AMRO

### **Lacuna não financiada inicial**

Diferença entre custos planejados para executar um BWP e a alocação inicial (tanto do orçamento ordinário como de outras fontes) para dada entidade ou Objetivo Estratégico (OE) no começo do período de planejamento

### **Recursos captados**

Fundos dedicados de outras fontes para preencher a lacuna não financiada para dada entidade ou OE a qualquer. Pode incluir contribuições voluntárias que a OPAS recebe em resultado de negociação direta com parceiros doadores ou qualquer outro tipo de fundos mobilizados para a execução dos planos de trabalho, tais como apoio fundos gerados para apoio a programas ou recursos do Fundo Mestre de Investimentos de Capital, etc.

### **Postos sem prazo fixo**

Pessoal da RSPA contratado através de qualquer tipo de mecanismo que não o de postos de prazo fixo.

**Orçamento para postos sem prazo fixo**

O orçamento para postos sem prazo fixo inclui todos os outros custos não relacionados com postos de prazo fixo. Estes podem ser:

- a) **Atividades do orçamento não vinculadas a FTP:** Custo de atividades programáticas e operacionais (viagens, reuniões, publicações, cursos e seminários, despesas operacionais gerais, etc.)
- b) **Orçamento de *peçoal* não vinculado a FTP:** O custo do pessoal da RSPA contratado através de qualquer tipo de mecanismo que não o dos postos de prazo fixo.

**Lacuna não financiada**

A diferença entre os custos planejados para executar um BWP e os fundos totais alocados (tanto do orçamento ordinário como de outras fontes) para dada entidade ou Objetivo Estratégico (OE) em um dado ponto do período de planejamento.

**Eficiência de força de trabalho**

Despesa da força de trabalho expressa como porcentagem da despesa total.

**Produtividade força de trabalho**

A despesa total da OPAS/OMS por ano (produção bruta) em dólares constantes por equivalente a pessoa em regime de tempo integral.

**ANEXOS: 1-5**

**Quadros comparativos de cotas de contribuição  
e a Aplicação da Política Orçamentária Regional para Programas (RPBP)**

**Análise de Cenários**

**Anexo 1**  
**Quadro comparativo de cotas de contribuição**  
**e aplicação da Política Orçamentária Regional para Programas**  
**Cenário A (aumento de cotas de contribuição de 6,3%)**

Estados Membros	Avaliação			Alocação por aplicação do RPBP			Efeito líquido
	Escala Atual de 2008-2009	Nova Escala de 2010-2011	Diferença	2008-2009	2010-2011	Diferença	
Antigua e Barbuda	36.013	42.130	6.117	385.000	528.000	143.000	136.883
Argentina	8.819.633	6.149.065	(2.670.568)	3.805.000	3.711.000	(94.000)	2.576.568
Bahamas	126.046	147.455	21.409	1.090.000	954.000	(136.000)	(157.409)
Barbados	144.053	114.900	(29.153)	663.000	643.000	(20.000)	9.153
Belize	54.020	42.130	(11.890)	930.000	804.000	(126.000)	(114.110)
Bolívia	126.046	88.090	(37.956)	5.131.000	5.629.000	498.000	535.956
Brasil	15.388.440	15.229.995	(158.445)	10.314.000	11.603.000	1.289.000	1.447.445
Canadá	22.247.154	26.352.315	4.105.161	641.000	563.000	(78.000)	(4.183.161)
Chile	972.356	2.054.795	1.082.439	2.373.000	2.516.000	143.000	(939.439)
Colômbia	1.692.620	1.606.685	(85.935)	4.446.000	4.676.000	230.000	315.935
Costa Rica	234.086	358.105	124.019	2.416.000	2.102.000	(314.000)	(438.019)
Cuba	1.314.482	461.515	(852.967)	3.495.000	4.308.000	813.000	1.665.967
Dominica	36.013	42.130	6.117	460.000	586.000	126.000	119.883
República Dominicana	324.119	394.490	70.371	3.538.000	3.848.000	310.000	239.629
Equador	324.119	394.490	70.371	5.579.000	6.743.000	1.164.000	1.093.629
El Salvador	126.046	201.075	75.029	3.207.000	3.377.000	170.000	94.971
França	520.391	553.435	33.044	278.000	368.000	90.000	56.956
Granada	54.020	42.130	(11.890)	502.000	712.000	210.000	221.890
Guatemala	234.086	358.105	124.019	5.804.000	6.617.000	813.000	688.981
Guiana	36.013	42.130	6.117	2.042.000	2.194.000	152.000	145.883
Haiti	126.046	86.175	(39.871)	5.323.000	5.721.000	398.000	437.871
Honduras	126.046	86.175	(39.871)	4.511.000	5.043.000	532.000	571.871
Jamaica	324.119	235.545	(88.574)	2.448.000	2.137.000	(311.000)	(222.426)
México	10.942.611	15.590.015	4.647.404	6.606.000	6.950.000	344.000	(4.303.404)
Os Países Baixos	162.059	172.350	10.291	289.000	368.000	79.000	68.709
Nicarágua	126.046	86.175	(39.871)	3.837.000	4.515.000	678.000	717.871
Panamá	234.086	312.145	78.059	1.871.000	1.631.000	(240.000)	(318.059)
Paraguai	324.119	237.460	(86.659)	3.014.000	3.240.000	226.000	312.659
Peru	738.271	1.058.995	320.724	6.039.000	6.514.000	475.000	154.276
Porto Rico	199.873	212.565	12.692	192.000	184.000	(8.000)	(20.692)
São Cristóvão e Névis	36.013	42.130	6.117	353.000	471.000	118.000	111.883
Santa Lúcia	54.020	42.130	(11.890)	481.000	689.000	208.000	219.890
São Vicente e Granadinas	36.013	42.130	6.117	460.000	655.000	195.000	188.883
Suriname	126.046	86.175	(39.871)	1.208.000	1.137.000	(71.000)	(31.129)
Trinidad e Tobago	324.119	291.080	(33.039)	1.881.000	1.643.000	(238.000)	(204.961)
Reino Unido	108.040	114.900	6.860	396.000	379.000	(17.000)	(23.860)
Estados Unidos	107.040.234	113.837.175	6.796.941	353.000	368.000	15.000	(6.781.941)
Uruguai	468.172	346.615	(121.557)	1.400.000	1.356.000	(44.000)	77.557
Venezuela	5.760.311	3.944.900	(1.815.411)	3.784.000	3.653.000	(131.000)	1.684.411
Variável do país	0	0	0	5.341.000	5.744.000	403.000	403.000
	<u>180.066.000</u>	<u>191.500.000</u>	<u>11.434.000</u>	<u>106.886.000</u>	<u>114.880.000</u>	<u>7.994.000</u>	<u>(3.440.000)</u>

**Anexo 2**  
**Quadro comparativo de cotas de contribuição**  
**e aplicação da Política Orçamentária Regional para Programas**  
**Cenário B (aumento de cotas de contribuição de 4,3%)**

Estados Membros	Avaliação			Alocação por aplicação do RBPB			Efeito líquido
	Escala Atual de 2008-2009	Nova Escala de 2010-2011	Diferença	2008-2009	2010-2011	Diferença	
Antigua e Barbuda	36.013	41.320	5.306	385.000	522.000	137.000	131.694
Argentina	8.819.633	6.030.772	(2.788.861)	3.805.000	3.663.000	(142.000)	2.646.861
Bahamas	126.046	144.618	18.572	1.090.000	941.000	(149.000)	(167.572)
Barbados	144.053	112.690	(31.363)	663.000	635.000	(28.000)	3.363
Belize	54.020	41.320	(12.700)	930.000	794.000	(136.000)	(123.300)
Bolívia	126.046	86.395	(39.651)	5.131.000	5.557.000	426.000	465.651
Brasil	15.388.440	14.937.006	(451.434)	10.314.000	11.454.000	1.140.000	1.591.434
Canadá	22.247.154	25.845.360	3.598.205	641.000	556.000	(85.000)	(3.683.205)
Chile	972.356	2.015.266	1.042.909	2.373.000	2.484.000	111.000	(931.909)
Colômbia	1.692.620	1.575.776	(116.844)	4.446.000	4.616.000	170.000	286.844
Costa Rica	234.086	351.216	117.130	2.416.000	2.075.000	(341.000)	(458.130)
Cuba	1.314.482	452.637	(861.845)	3.495.000	4.253.000	758.000	1.619.845
Dominica	36.013	41.320	5.306	460.000	578.000	118.000	112.694
República Dominicana	324.119	386.901	62.782	3.538.000	3.799.000	261.000	198.218
Equador	324.119	386.901	62.782	5.579.000	6.657.000	1.078.000	1.015.218
El Salvador	126.046	197.207	71.161	3.207.000	3.334.000	127.000	55.839
França	520.391	542.788	22.397	278.000	363.000	85.000	62.603
Granada	54.020	41.320	(12.700)	502.000	703.000	201.000	213.700
Guatemala	234.086	351.216	117.130	5.804.000	6.532.000	728.000	610.870
Guiana	36.013	41.320	5.306	2.042.000	2.166.000	124.000	118.694
Haiti	126.046	84.517	(41.529)	5.323.000	5.648.000	325.000	366.529
Honduras	126.046	84.517	(41.529)	4.511.000	4.979.000	468.000	509.529
Jamaica	324.119	231.014	(93.105)	2.448.000	2.109.000	(339.000)	(245.895)
México	10.942.611	15.290.101	4.347.490	6.606.000	6.861.000	255.000	(4.092.490)
Os Países Baixos	162.059	169.034	6.975	289.000	363.000	74.000	67.025
Nicarágua	126.046	84.517	(41.529)	3.837.000	4.457.000	620.000	661.529
Panamá	234.086	306.140	72.054	1.871.000	1.610.000	(261.000)	(333.054)
Paraguai	324.119	232.892	(91.227)	3.014.000	3.198.000	184.000	275.227
Peru	738.271	1.038.622	300.352	6.039.000	6.430.000	391.000	90.648
Porto Rico	199.873	208.476	8.603	192.000	181.000	(11.000)	(19.603)
São Cristóvão e Névis	36.013	41.320	5.306	353.000	465.000	112.000	106.694
Santa Lúcia	54.020	41.320	(12.700)	481.000	680.000	199.000	211.700
São Vicente e Granadinas	36.013	41.320	5.306	460.000	646.000	186.000	180.694
Suriname	126.046	84.517	(41.529)	1.208.000	1.123.000	(85.000)	(43.471)
Trinidad e Tobago	324.119	285.480	(38.638)	1.881.000	1.622.000	(259.000)	(220.362)
Reino Unido	108.040	112.690	4.650	396.000	374.000	(22.000)	(26.650)
	107.040.23	111.647.22					
Estados Unidos	4	1	4.606.988	353.000	363.000	10.000	(4.596.988)
Uruguai	468.172	339.947	(128.225)	1.400.000	1.338.000	(62.000)	66.225
Venezuela	5.760.311	3.869.010	(1.891.302)	3.784.000	3.606.000	(178.000)	1.713.302
Variável do país	0	0	0	5.341.000	5.671.000	330.000	330.000
	<u>180.066.00</u>	<u>187.816.00</u>		<u>106.886.00</u>			
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>7.750.000</u>	<u>0</u>	<u>113.406.000</u>	<u>6.520.000</u>	<u>(1.230.000)</u>

**Anexo 3**  
**Quadro comparativo de cotas de contribuição**  
**e aplicação da Política Orçamentária Regional para Programas**  
**Cenário C (aumento de cotas de contribuição de 0%)**

Estados Membros	Avaliação			Alocação por aplicação do RBPB			Efeito líquido
	Escala Atual de 2008-2009	Nova Escala de 2010-2011	Diferença	2008-2009	2010-2011	Diferença	
Antigua e Barbuda	36.013	39.615	3.601	385.000	507.000	122.000	118.399
Argentina	8.819.633	5.781.919	(3.037.713)	3.805.000	3.563.000	(242.000)	2.795.713
Bahamas	126.046	138.651	12.605	1.090.000	916.000	(174.000)	(186.605)
Barbados	144.053	108.040	(36.013)	663.000	618.000	(45.000)	(8.987)
Belize	54.020	39.615	(14.405)	930.000	772.000	(158.000)	(143.595)
Bolívia	126.046	82.830	(43.216)	5.131.000	5.405.000	274.000	317.216
Brasil	15.388.440	14.320.649	(1.067.791)	10.314.000	11.141.000	827.000	1.894.791
Canadá	22.247.154	24.778.882	2.531.728	641.000	540.000	(101.000)	(2.632.728)
Chile	972.356	1.932.108	959.752	2.373.000	2.416.000	43.000	(916.752)
Colômbia	1.692.620	1.510.754	(181.867)	4.446.000	4.489.000	43.000	224.867
Costa Rica	234.086	336.723	102.638	2.416.000	2.019.000	(397.000)	(499.638)
Cuba	1.314.482	433.959	(880.523)	3.495.000	4.136.000	641.000	1.521.523
Dominica	36.013	39.615	3.601	460.000	563.000	103.000	99.399
República Dominicana	324.119	370.936	46.817	3.538.000	3.695.000	157.000	110.183
Equador	324.119	370.936	46.817	5.579.000	6.475.000	896.000	849.183
El Salvador	126.046	189.069	63.023	3.207.000	3.243.000	36.000	(27.023)
França	520.391	520.391	0	278.000	353.000	75.000	75.000
Granada	54.020	39.615	(14.405)	502.000	684.000	182.000	196.405
Guatemala	234.086	336.723	102.638	5.804.000	6.354.000	550.000	447.362
Guiana	36.013	39.615	3.601	2.042.000	2.107.000	65.000	61.399
Haiti	126.046	81.030	(45.017)	5.323.000	5.493.000	170.000	215.017
Honduras	126.046	81.030	(45.017)	4.511.000	4.842.000	331.000	376.017
Jamaica	324.119	221.481	(102.638)	2.448.000	2.052.000	(396.000)	(293.362)
México	10.942.611	14.659.173	3.716.562	6.606.000	6.674.000	68.000	(3.648.562)
Os Países Baixos	162.059	162.059	0	289.000	353.000	64.000	64.000
Nicarágua	126.046	81.030	(45.017)	3.837.000	4.335.000	498.000	543.017
Panamá	234.086	293.508	59.422	1.871.000	1.566.000	(305.000)	(364.422)
Paraguai	324.119	223.282	(100.837)	3.014.000	3.111.000	97.000	197.837
Peru	738.271	995.765	257.494	6.039.000	6.254.000	215.000	(42.494)
Porto Rico	199.873	199.873	0	192.000	176.000	(16.000)	(16.000)
São Cristóvão e Névis	36.013	39.615	3.601	353.000	452.000	99.000	95.399
Santa Lúcia	54.020	39.615	(14.405)	481.000	662.000	181.000	195.405
São Vicente e Granadinas	36.013	39.615	3.601	460.000	629.000	169.000	165.399
Suriname	126.046	81.030	(45.017)	1.208.000	1.092.000	(116.000)	(70.984)
Trinidad e Tobago	324.119	273.700	(50.418)	1.881.000	1.577.000	(304.000)	(253.582)
Reino Unido	108.040	108.040	0	396.000	364.000	(32.000)	(32.000)
Estados Unidos	107.040.234	107.040.234	0	353.000	353.000	0	0
Uruguai	468.172	325.919	(142.252)	1.400.000	1.302.000	(98.000)	44.252
Venezuela	5.760.311	3.709.360	(2.050.952)	3.784.000	3.508.000	(276.000)	1.774.952
Variável do país	0	0	0	5.341.000	5.515.000	174.000	174.000
	<u>180.066.000</u>	<u>180.066.000</u>	<u>0</u>	<u>106.886.000</u>	<u>110.306.000</u>	<u>3.420.000</u>	<u>3.420.000</u>

**Anexo 4**  
**Quadro comparativo de cotas de contribuição**  
**e aplicação da Política Orçamentária Regional para Programas**  
**Cenário D (aumento de cotas de contribuição de 3,5%)**

Estados Membros	Avaliação			Alocação por aplicação do RPBP			Efeito líquido
	Escala Atual de 2008-2009	Nova Escala de 2010-2011	Diferença	2008-2009	2010-2011	Diferença	
Antígua e Barbuda	36.013	41.008	4.995	385.000	519.000	134.000	129.005
Argentina	8.819.633	5.985.304	(2.834.329)	3.805.000	3.645.000	(160.000)	2.674.329
Bahamas	126.046	143.528	17.482	1.090.000	937.000	(153.000)	(170.482)
Barbados	144.053	111.840	(32.213)	663.000	632.000	(31.000)	1.213
Belize	54.020	41.008	(13.012)	930.000	790.000	(140.000)	(126.988)
Bolívia	126.046	85.744	(40.302)	5.131.000	5.529.000	398.000	438.302
Brasil	15.388.440	14.824.392	(564.048)	10.314.000	11.397.000	1.083.000	1.647.048
Canadá	22.247.154	25.650.504	3.403.350	641.000	553.000	(88.000)	(3.491.350)
Chile	972.356	2.000.072	1.027.716	2.373.000	2.471.000	98.000	(929.716)
Colômbia	1.692.620	1.563.896	(128.724)	4.446.000	4.593.000	147.000	275.724
Costa Rica	234.086	348.568	114.482	2.416.000	2.065.000	(351.000)	(465.482)
Cuba	1.314.482	449.224	(865.258)	3.495.000	4.232.000	737.000	1.602.258
Dominica	36.013	41.008	4.995	460.000	575.000	115.000	110.005
República Dominicana	324.119	383.984	59.865	3.538.000	3.780.000	242.000	182.135
Equador	324.119	383.984	59.865	5.579.000	6.624.000	1.045.000	985.135
El Salvador	126.046	195.720	69.674	3.207.000	3.317.000	110.000	40.326
França	520.391	538.696	18.305	278.000	361.000	83.000	64.695
Granada	54.020	41.008	(13.012)	502.000	700.000	198.000	211.012
Guatemala	234.086	348.568	114.482	5.804.000	6.500.000	696.000	581.518
Guiana	36.013	41.008	4.995	2.042.000	2.155.000	113.000	108.005
Haiti	126.046	83.880	(42.166)	5.323.000	5.619.000	296.000	338.166
Honduras	126.046	83.880	(42.166)	4.511.000	4.954.000	443.000	485.166
Jamaica	324.119	229.272	(94.847)	2.448.000	2.099.000	(349.000)	(254.153)
México	10.942.611	15.174.824	4.232.213	6.606.000	6.827.000	221.000	(4.011.213)
Os Países Baixos	162.059	167.760	5.701	289.000	361.000	72.000	66.299
Nicarágua	126.046	83.880	(42.166)	3.837.000	4.435.000	598.000	640.166
Panamá	234.086	303.832	69.746	1.871.000	1.602.000	(269.000)	(338.746)
Paraguai	324.119	231.136	(92.983)	3.014.000	3.182.000	168.000	260.983
Peru	738.271	1.030.792	292.521	6.039.000	6.398.000	359.000	66.479
Porto Rico	199.873	206.904	7.031	192.000	181.000	(11.000)	(18.031)
São Cristóvão e Névis	36.013	41.008	4.995	353.000	463.000	110.000	105.005
Santa Lúcia	54.020	41.008	(13.012)	481.000	677.000	196.000	209.012
São Vicente e Granadinas	36.013	41.008	4.995	460.000	643.000	183.000	178.005
Suriname	126.046	83.880	(42.166)	1.208.000	1.117.000	(91.000)	(48.834)
Trinidad e Tobago	324.119	283.328	(40.791)	1.881.000	1.614.000	(267.000)	(226.209)
Reino Unido	108.040	111.840	3.800	396.000	372.000	(24.000)	(27.800)
Estados Unidos	107.040.234	110.805.480	3.765.246	353.000	361.000	8.000	(3.757.246)
Uruguai	468.172	337.384	(130.788)	1.400.000	1.332.000	(68.000)	62.788
Venezuela	5.760.311	3.839.840	(1.920.471)	3.784.000	3.588.000	(196.000)	1.724.471
Variável do país	0	0	0	5.341.000	5.640.000	299.000	299.000
	180.066.000	186.400.000	6.334.000	106.886.000	112.840.000	5.954.000	(380.000)

**Anexo 5**  
**Política Orçamentária Regional para Programas: Calendário de**  
**Incorporação Progressiva em Três Biênios**

**Calendário de incorporação progressiva para a revisão de alocações básicas do orçamento ordinário a países de acordo com a Resolução CD45.R6 sobre a Política Orçamentária Regional para Programas**

	Período de incorporação progressiva			Variação total em 3 biênios
	1º biênio 2006-2007	2º biênio 2008-2009	3º biênio 2010-2011	
Antígua e Barbuda	0,26%	0,36%	<b>0,46%</b>	161,68%
Argentina	3,89%	3,56%	<b>3,23%</b>	-22,78%
Bahamas	1,21%	1,02%	<b>0,83%</b>	-40,02%
Barbados	0,67%	0,62%	<b>0,56%</b>	-21,98%
Belize	1,03%	0,87%	<b>0,70%</b>	-40,00%
Bolívia	4,70%	4,80%	<b>4,90%</b>	6,05%
Brasil	9,19%	9,65%	<b>10,10%</b>	14,78%
Canadá	0,72%	0,60%	<b>0,49%</b>	-40,05%
Chile	2,26%	2,22%	<b>2,19%</b>	-4,95%
Colômbia	4,25%	4,16%	<b>4,07%</b>	-5,83%
Costa Rica	2,69%	2,26%	<b>1,83%</b>	-39,99%
Cuba	2,79%	3,27%	<b>3,75%</b>	57,88%
Dominica	0,34%	0,43%	<b>0,51%</b>	86,05%
República Dominicana	3,27%	3,31%	<b>3,35%</b>	3,58%
Equador	4,58%	5,22%	<b>5,87%</b>	45,94%
El Salvador	3,05%	3,00%	<b>2,94%</b>	-5,31%
França (Departamento francês nas Américas)	0,20%	0,26%	<b>0,32%</b>	108,33%
Granada	0,31%	0,47%	<b>0,62%</b>	250,90%
Guatemala	5,10%	5,43%	<b>5,76%</b>	19,63%
Guiana	1,91%	1,91%	<b>1,91%</b>	0,00%
Haiti	4,98%	4,98%	<b>4,98%</b>	0,00%
Honduras	4,05%	4,22%	<b>4,39%</b>	12,62%
Jamaica	2,73%	2,29%	<b>1,86%</b>	-40,00%
México	6,31%	6,18%	<b>6,05%</b>	-5,70%
Os Países Baixos (As Antilhas Holandesas)	0,23%	0,27%	<b>0,32%</b>	68,54%
Nicarágua	3,25%	3,59%	<b>3,93%</b>	32,78%
Panamá	2,09%	1,75%	<b>1,42%</b>	-39,98%
Paraguai	2,82%	2,82%	<b>2,82%</b>	-0,15%
Peru	5,64%	5,65%	<b>5,67%</b>	0,79%
Porto Rico	0,20%	0,18%	<b>0,16%</b>	-25,00%
São Cristóvão e Névis	0,25%	0,33%	<b>0,41%</b>	131,74%
Santa Lúcia	0,30%	0,45%	<b>0,60%</b>	238,32%
São Vicente e Granadinas	0,30%	0,43%	<b>0,57%</b>	222,16%
Suriname	1,26%	1,13%	<b>0,99%</b>	-27,80%
Trinidad e Tobago	2,09%	1,76%	<b>1,43%</b>	-40,01%
Reino Unido (Territórios Ultramarinos do Reino Unido)				
<i>Anguila, Ilhas Virgens Britânicas e Montserrat</i>	0,27%	0,24%	<b>0,22%</b>	-26,83%
<i>Bermuda e as Ilhas Cayman</i>	0,08%	0,07%	<b>0,06%</b>	-26,83%
<i>Ilhas Turcos e de Caicos</i>	0,06%	0,06%	<b>0,05%</b>	-26,83%
Estados Unidos	0,34%	0,33%	<b>0,32%</b>	-10,4%
Uruguai	1,44%	1,31%	<b>1,18%</b>	-23,9%
Venezuela	3,89%	3,54%	<b>3,18%</b>	-24,04%
Total básico de país	95,00%	95,00%	<b>95,00%</b>	
Variável de país	5,00%	5,00%	<b>5,00%</b>	
Alocação do orçamento ordinário total de países	100,00%	100,00%	<b>100,00%</b>	

a/ A distribuição final entre países reflete os termos da Resolução que limitou a redução dos recursos por qualquer um país dado a um máximo de 40% durante o período de três biênios de incorporação progressiva.